

The background of the entire page is a dark brown color with a white network pattern of interconnected dots and lines. A horizontal band of a slightly lighter brown color is positioned behind the main title.

# DEE SETORIAL

n.º3: CADEIA PRODUTIVA DO FUMO

Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão  
Subsecretaria de Planejamento  
Departamento de Economia e Estatística

## **DEE SETORIAL** **N.º 3**

### **Cadeia produtiva do fumo**

Pesquisador: Ricardo Fagundes Leães

Porto Alegre, novembro de 2025



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO**

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Divisão de Estudos de Atividades Produtivas: Sérgio Leusin Júnior

DEE Setorial

O DEE Setorial é uma publicação *on-line* com ênfase em estudos setoriais da economia do Rio Grande do Sul. Tem o objetivo de fornecer um panorama atual sobre os setores produtivos de destaque, quer por sua participação na economia gaúcha, quer por seu potencial estratégico, para o desenvolvimento do Estado. Periodicamente, está prevista a publicação de análises contendo dados atualizados sobre um dado setor (ou ramo) selecionado, bem como a descrição de sua estrutura, suas características, sua trajetória e suas perspectivas. Pretende-se que esta publicação contribua para a discussão, a formulação e a avaliação de políticas públicas setoriais.

DEE Setorial / Departamento de Economia e Estatística (RS). – N. 1  
(2024)- . – Porto Alegre : Secretaria de Planejamento,  
Governança e Gestão, 2024- .  
v. : il.

1. Economia – Periódico – Rio Grande do Sul. 2. Produção econômica – Periódico – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 33(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vitor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Departamento de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://dee.rs.gov.br/>

Revisão técnica: Sérgio Leusin Jr. e Rodrigo Daniel Feix

Revisão de língua portuguesa: Elen Azambuja

Projeto gráfico: Laura Wottrich

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

LEÃES, Ricardo Fagundes. Cadeia produtiva do fumo. **DEE Setorial**, Porto Alegre: SPGG/DEE, n. 3, 2025.

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/Departamento de Economia e Estatística (SPGG/DEE)  
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar, Porto Alegre, RS — CEP 90119-900

## Sumário

Apresentação .....	4
1 O cultivo de fumo no mundo: características do segmento .....	5
1.1 Histórico.....	5
1.2 Produção e área colhida .....	7
1.3 Comércio internacional .....	14
1.4 A importância da China para o mercado de fumo global .....	20
2 O cultivo de fumo no Brasil .....	22
2.1 Histórico .....	23
2.2 Aspectos técnicos .....	25
2.3 Desafios da cultura do tabaco .....	29
2.4 Produção e área colhida .....	34
2.5 Empregos .....	41
2.6 Exportações .....	44
3 Considerações finais .....	50
4 Anexo .....	51
Referências .....	52

## Apresentação

O setor fumageiro constitui, desde o período colonial, uma importante atividade produtiva da agroindústria brasileira. Embora seja uma atividade cercada por controvérsias devido aos impactos sociais, ambientais e de saúde pública, sua importância econômica permanece significativa, especialmente para a agricultura familiar no Sul do país e para a pauta exportadora nacional.

Neste estudo, analisam-se os principais aspectos da cadeia do fumo no mundo, no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul. Inicialmente, apresenta-se um panorama histórico e geográfico do cultivo global do tabaco, com destaque para a China, maior produtora e consumidora mundial. Em seguida, examinam-se a estrutura produtiva e os desafios do setor no Brasil, com ênfase no modelo de produção integrado entre agricultores e indústrias. Além disso, investigam-se a produção, os empregos e as exportações do fumo no Rio Grande do Sul, líder nacional nesse segmento. Por fim, o estudo lança luz sobre os obstáculos enfrentados por produtores na tentativa de diversificar suas fontes de renda diante da elevada dependência econômica do sistema vigente.

O leitor poderá constatar que, apesar da redução global do tabagismo, o Brasil consolidou-se como o maior exportador mundial de fumo não manufaturado — tabaco em sua forma primária, antes de ser processado —, com a maioria da sua produção destinada ao mercado externo. Verificará, ainda, que o Rio Grande do Sul lidera tanto a produção agrícola quanto as exportações, alavancado por um complexo industrial instalado na região de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo. Ademais, terá a oportunidade de compreender os efeitos das crescentes restrições internacionais ao tabaco, como a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (2005), da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como as consequências da queda do consumo de cigarro no Brasil e no exterior.

Com base nesta apresentação, convidamos o leitor a aprofundar seus conhecimentos sobre o setor fumageiro, atividade que, mesmo diante de pressões regulatórias e socioambientais, segue sendo estratégica para as economias gaúcha e nacional.

Boa leitura!

## 1 O cultivo de fumo no mundo: características do segmento

A produção de fumo no mundo ocupa uma posição ambivalente: por um lado, é uma atividade agrícola amplamente difundida e economicamente relevante em diversos países em desenvolvimento; por outro, é alvo de crescentes pressões regulatórias e sanitárias no âmbito internacional. Atualmente, o cultivo de tabaco está presente em mais de 120 países, envolvendo milhões de agricultores, sobretudo em regiões rurais de baixa renda na Ásia, na África e na América Latina. Os principais produtores mundiais atualmente são China, Índia, Brasil, Indonésia e Zimbábue, cada qual com suas particularidades e diferentes arranjos institucionais. Apesar dessa dispersão produtiva, o mercado global de fumo está fortemente concentrado em poucas grandes empresas transnacionais que operam redes complexas de fornecimento, processamento e comercialização de suas mercadorias.

A atividade fumageira vem atravessando transformações significativas nas últimas décadas. A queda contínua do consumo de cigarro em diversos países, aliada à adoção de políticas públicas de controle do tabaco — como aumento de impostos, restrições à propaganda e advertências sanitárias —, favoreceu o deslocamento da produção e do consumo para mercados emergentes, especialmente na Ásia e na África. Esse processo pode acarretar novos desafios geoeconômicos e éticos, uma vez que populações vulneráveis assumem os custos ambientais e sociais de uma cadeia produtiva em declínio nos centros desenvolvidos.

Além disso, organismos multilaterais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), têm promovido ações coordenadas visando à redução da produção agrícola de tabaco. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), em vigor desde 2005, recomenda expressamente o incentivo à substituição do cultivo de fumo por culturas alternativas, sobretudo em países cuja economia rural é fortemente dependente da fumicultura. Essa orientação tem motivado diversos programas nacionais de diversificação agrícola, mas os resultados são heterogêneos e, muitas vezes, limitados por questões estruturais, como menor rentabilidade das alternativas propostas, falta de infraestrutura, ausência de mercados consolidados e dependência dos contratos com as grandes fumageiras.

O capítulo a seguir analisa os principais países produtores de fumo no mundo, descrevendo e analisando as mais importantes características do setor à luz dos dados, disponíveis desde 1961: produção, área colhida e comércio internacional. O objetivo é oferecer um panorama internacional que permita compreender o lugar do Brasil nesse cenário, bem como os condicionantes globais que influenciam a trajetória futura do setor.

### 1.1 Histórico

A origem da produção e do consumo do fumo não é um tema consensual entre os especialistas no assunto, embora a maioria concorde que seu uso teve início nas Américas, ainda antes da chegada dos europeus à região. Em regra, o tabaco era

utilizado em rituais religiosos por diversas comunidades nativas, com destaque para os maias (Goodman, 2005). Com o passar do tempo, o fumo se espalhou pelas Américas, tendo chegado inclusive ao Brasil antes da colonização portuguesa.

O início do processo de colonização das Américas marcou o princípio da disseminação do consumo do tabaco para outros continentes. Espanhóis e portugueses levaram plantas de tabaco para a Europa, introduzindo a prática de consumir rapé (tabaco em pó para cheirar), além de cigarros e charutos. O fumo também chegou à África, onde se tornou meio de troca por pessoas escravizadas, enviadas às Américas. Inicialmente, o tipo de fumo predominante era o escuro, de corda.

Apesar da alta popularidade do tabaco nos primeiros séculos da colonização, o consumo de fumo atingiu um novo patamar a partir da Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX. Durante esse período, a industrialização, a urbanização, a expansão do comércio internacional e o aumento da renda da população favoreceram a produção de cigarros industriais. Essa transformação não apenas facilitou a fabricação em larga escala, mas também expandiu significativamente a comercialização de produtos de tabaco, tornando-os mais acessíveis à população em geral. O surgimento de novas tecnologias de produção e de embalagem impulsionou o consumo, estabelecendo o tabaco como um produto de consumo de massa (Brandt, 2009).

Com essas mudanças, observou-se uma modificação no tipo de fumo prevalente nas plantações. Isso porque, a partir do século XIX, produtores nos Estados Unidos da América iniciaram o cultivo do tabaco Virgínia, de fumos claros. Essa variação mostra-se mais leve, suave e aromática, sendo mais adequada para consumo de cigarro (Brandt, 2009). Dado o sucesso do tabaco Virgínia, as empresas fumageiras esmeraram-se para introduzi-lo em outras regiões do mundo, como foi o caso da região de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul (Vogt, 1997).

O ponto de inflexão da indústria fumageira aconteceu em 1881, quando, nos Estados Unidos, James Albert Bonsack inventou a máquina de enrolar cigarros. A partir daí, passou a ser possível produzir até 120 mil cigarros por dia, quando a média anterior era de 200 cigarros diários fabricados manualmente por trabalhador. Somado ao crescimento demográfico e econômico da época, esse fator viabilizou a disseminação do tabagismo ao redor do mundo, sendo os cigarros industrializados o principal vetor dessa expansão (Brandt, 2009).

A indústria do fumo, entretanto, passou a enfrentar um importante desafio a partir de meados dos anos 40 e 50 do séc. XX, quando cientistas comprovaram que o hábito de fumar era nocivo à saúde e a principal causa do câncer de pulmão, bastante raro até o século XIX. Durante muito tempo, grandes marcas de cigarro se empenharam em desacreditar esses malefícios, recorrendo, inclusive, a subornos para evitar a divulgação de resultados de pesquisas científicas (Brandt, 2009). Ademais, empresas

e instituições de representação do setor também lançavam mão de pesquisas próprias para buscar resultados distintos e desacreditar os cientistas que alertavam para o risco de fumar (Brandt, 2009).

A despeito dos resultados obtidos pelos cientistas, a aceitação popular de que fumar era nocivo à saúde demorou décadas para se consolidar. Ao longo das décadas de 50, 60 e 70, diversas pesquisas de opinião conduzidas nos Estados Unidos mostraram que boa parte da população ainda não acreditava nos malefícios do fumo (Proctor, 2012). Além disso, mesmo com o reconhecimento gradativo dos danos de fumar, o número de tabagistas no mundo manteve-se em alta, em especial em países com menor nível de renda (NG *et al.*, 2014).

Ciente desse quadro, a Assembleia Mundial da Saúde, da OMS, lançou, em 21 de maio de 2003, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. A CQCT entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005, configurando o tratado internacional com maior número de adesões da história da Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que, até o final de 2023, 183 países já haviam ratificado o tratado (World Health Organization, 2003).<sup>1</sup>

A CQCT tem como objetivo “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco” (artigo 3.º). Para tanto, foram estipuladas diversas medidas intersetoriais nas áreas de publicidade e propaganda, advertências sanitárias, comércio ilegal e taxaço de produtos do tabaco. No Brasil, a adesão ocorreu formalmente em 27 de outubro de 2005, e a implementação de suas medidas originou a Política Nacional de Controle do Tabaco (Teixeira; Paiva; Ferreira, 2017).

Diante desse cenário, vários desafios estão colocados para o setor fumageiro. Na sequência, então, serão apresentadas informações e estatísticas a respeito da produção, da área cultivada e do comércio internacional de tabaco no decorrer das últimas décadas, destacando a importância da China, maior produtor e consumidor mundial. Em seguida, serão detalhados os principais aspectos da CQCT, com o objetivo de identificar seus impactos na produção de tabaco ao redor do planeta. Essa investigação se faz imprescindível para que, posteriormente, se compreenda o funcionamento da indústria do fumo no Brasil e no Rio Grande do Sul.

## 1.2 Produção e área colhida

A indústria mundial de fumo está altamente concentrada em cinco empresas, vulgarmente conhecidas como Big Five: Philip Morris International (PMI) (EUA), British American Tobacco (BAT) (Reino Unido), Imperial Brands (Reino Unido), Japan Tobacco International (JTI) (Japão) e China National Tobacco Company (CNTC) (China). Essas empresas, as maiores do mercado em termos de faturamento, têm como principal

---

<sup>1</sup> A CQCT foi assinada em 2003, mas alguns países só aderiram a ela posteriormente. No sítio eletrônico da ONU, consta a lista atualizada dos países que a compõem.

fonte de receitas a produção de cigarros, charutos e outros produtos do tabaco, mas também atuam em outras etapas da produção de fumo, como a compra das folhas dos produtores (Holden; Lee, 2009).

Quadro 1

Big Five do tabaco e suas principais marcas de cigarro — 2025

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	PRINCIPAIS MARCAS DE CIGARRO
Philip Morris Internacional (PMI)	Estados Unidos	<b>Marlboro</b> , Parliament, L&M, Chesterfield e Bond Street
British American Tobacco (BAT)	Reino Unido	<b>Dunhill</b> , Lucky Strike, Pall Mall, Rothmans e Kent
Imperial Brands	Reino Unido	<b>West</b> , Davidoff, Gauloises, JPS e Rizia (papel de enrolar)
Japan Tobacco Internacional (JTI)	Japão	<b>Camel</b> , Winston, Mevius e LD
China Nacional Tobacco Company (CNTC)	China	<b>Hongtashan</b> , Chunghwa, Double Happiness, Panda e Baisha

Nota: Elaborado pelo autor com informações coletadas nos portais eletrônicos institucionais das Big Five.

Importa observar que, embora a literatura consagre o termo Big Five para as cinco maiores empresas do setor de tabaco, é preciso apontar as diferenças entre a CNTC, a maior em termos de faturamento, e as demais.<sup>2</sup> Isso porque a empresa chinesa detém o virtual monopólio sobre a produção, o processamento e a comercialização de fumo e cigarros em seu país de origem (Hancock, 2019).<sup>3</sup> Como a China é o maior mercado em termos de produção de fumo e venda de cigarros e afins, a CNTC sobressai como a maior empresa do setor, apesar de ter uma reduzida atuação internacional em comparação com as outras Big Five.

Mesmo assim, ao se excluir o mercado chinês, vê-se que as demais companhias concentram o grosso da comercialização de produtos de fumo: segundo dados do Euromonitor, as quatro empresas controlaram 68% do mercado global (excetuando a China) em termos de volume (Tobacco tactics, 2025). Além disso, em 2020, dos 90 mercados em que as transnacionais de tabaco operavam, 76 eram dominados por uma das quatro maiores. A PMI era líder em 38 países; a BAT, em 24; a JTI, em 8; e a Imperial Brands, em 6 (Tobacco tactics, 2025).

Apesar de o tabaco ser uma *commodity* global e as grandes empresas do setor operarem em diversos continentes, a indústria de cigarros apresenta uma estrutura predominantemente nacional. Essa característica pode ser explicada por uma combinação de fatores, como a regulação sanitária e fiscal nos mercados nacionais e as exigências específicas de rotulagem e embalagens. Além disso, a estratégia das grandes transnacionais do tabaco de manter fábricas de cigarros locais — para contornar

<sup>2</sup> É importante frisar que a CNTC é, de longe, a maior empresa do setor, na medida em que as quatro demais empresas, mesmo somadas, não alcançam o seu *market share* (Campaign for Tobacco-Free Kids, 2021).

<sup>3</sup> A CNTC detém o monopólio sobre a produção, o processamento e a comercialização do tabaco. Entretanto, a legislação chinesa permite a possibilidade do estabelecimento de *joint-ventures* entre empresas estrangeiras e a CNTC, permitindo sua ação em casos específicos (He; Takeuchi, 2013). Mesmo assim, estima-se que 97% do mercado chinês de tabaco seja dominado pela CNTC (Hancock, 2019).

barreiras comerciais e adaptar-se às preferências do consumidor e à legislação vigente — reforça esse padrão de produção voltada majoritariamente para o mercado interno (Brandt, 2009).

Entretanto, por mais que a indústria de cigarros seja preponderantemente nacional, é imprescindível destacar que parte do seu comércio internacional não é registrado devido à relevância do contrabando. Ocorre que, como normalmente as mercadorias exportadas não são taxadas, muitas vezes importadores de cigarros compram o produto de um fabricante estrangeiro e o revendem ilegalmente, permitindo que esses itens possam ser vendidos a um preço muito inferior à média do mercado formal. Como sintoma desse fenômeno, as exportações globais de cigarro acabam sendo superiores às importações, o que indica que uma parcela das importações não é registrada em razão do tráfico ilegal (Joossens, L; Raw, M, 2012).

Em termos de cadeia e processo produtivo, a indústria do cigarro envolve diversas etapas articuladas desde o campo até o consumidor final. Inicialmente, ocorrem o plantio e o cultivo do tabaco, seguidos da colheita manual e da cura das folhas — processos que podem ocorrer ao ar livre ou em estufas. Em seguida, as folhas são beneficiadas, classificadas e empacotadas em fardos que são enviados às indústrias para o processamento, onde passam por mistura, acréscimo de aditivos e corte. Paralelamente, são produzidos os componentes, como papel, filtros e embalagens. Na etapa seguinte, ocorre a fabricação dos cigarros, com montagem, selagem e empacotamento. Por fim, os produtos são distribuídos para os mercados interno e externo, completando o ciclo industrial do cigarro (Figura 1).<sup>4</sup>

Figura 1



<sup>4</sup> É importante frisar que existem vários produtos à base de tabaco além do cigarro, tais como charutos, cachimbos, cigarros de palha, cigarrilhas, fumo para narguilé, fumo de rolo, rapé, dispositivos eletrônicos, etc, cada um com suas próprias características produtivas. Entretanto, nesta publicação, escolheu-se ressaltar o cigarro em razão de ser o principal produto derivado do tabaco no mercado.

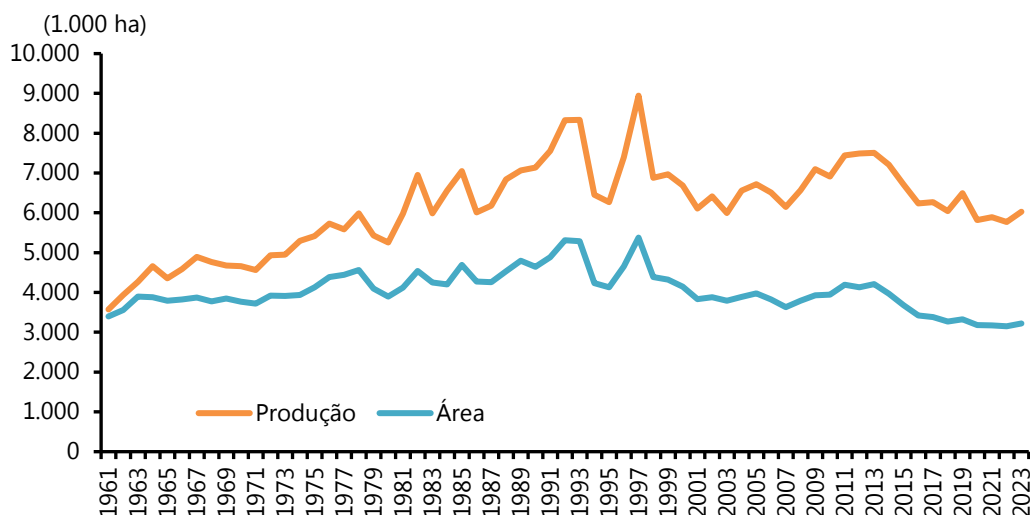
Enquanto as Big Five atuam em todos os segmentos da cadeia do cigarro, existem empresas que se especializam na compra e no processamento de folhas de tabaco dos fumicultores, sem produzir cigarros ou outros produtos de tabaco voltados ao consumidor final. Esse é o caso da Universal Corporation (EUA) e da Alliance One (EUA), líderes nesse segmento de mercado (Otañez; Mamudu; Glantz, 2009). Entretanto, frisa-se que, em alguns casos, empresas subsidiárias das Big Five também atuam nesse segmento, assim como, em outros, há a presença de empresas locais nesse setor (Duncan, 2023).

O Brasil, por outro lado, é um exemplo de mercado em que há uma concorrência mais intensa na compra e no processamento das folhas de tabaco, sem um controle absoluto por parte da Universal Corporation e da Alliance One. No país, observamos a presença de quase todas as grandes empresas de tabaco, além de algumas indústrias nacionais, que contribuem para diversificar o mercado. Essa concorrência altera a dinâmica do setor, mas, por uma série de fatores que serão esmiuçados nas próximas seções, não necessariamente implica vantagens significativas para os produtores.

A produção de fumo ao redor do planeta, bem como sua área colhida, atravessou diferentes trajetórias com o passar dos anos. Em linhas gerais, registra-se um percurso ascendente de 1961 até 1997, ano em que a produção atingiu o pico. Nesse ínterim, porém, houve alguns anos de quebras de safra que entremearam esse período de crescimento, mas sem alterar seu sentido. A partir de 1997, no entanto, viu-se uma queda abrupta que durou até 2007, quando a produção voltou a se expandir até 2013. Desde então, novamente observa-se uma tendência de redução da produção e da área colhida de tabaco no mundo, apesar de um leve aumento em 2023. Essas informações podem ser vistas no Gráfico 1. Convém destacar, ainda, que a ampliação da área colhida entre 1961 e 1997 foi de 58,3%, enquanto a produção, no período, avançou 150,3%. Desse modo, apenas o incremento na produtividade explica esses resultados, seja por meio de inovações tecnológicas, seja pela substituição de produtores menos eficientes por produtores mais eficientes.

Gráfico 1

Produção e área colhida de fumo no mundo — 1961-2023

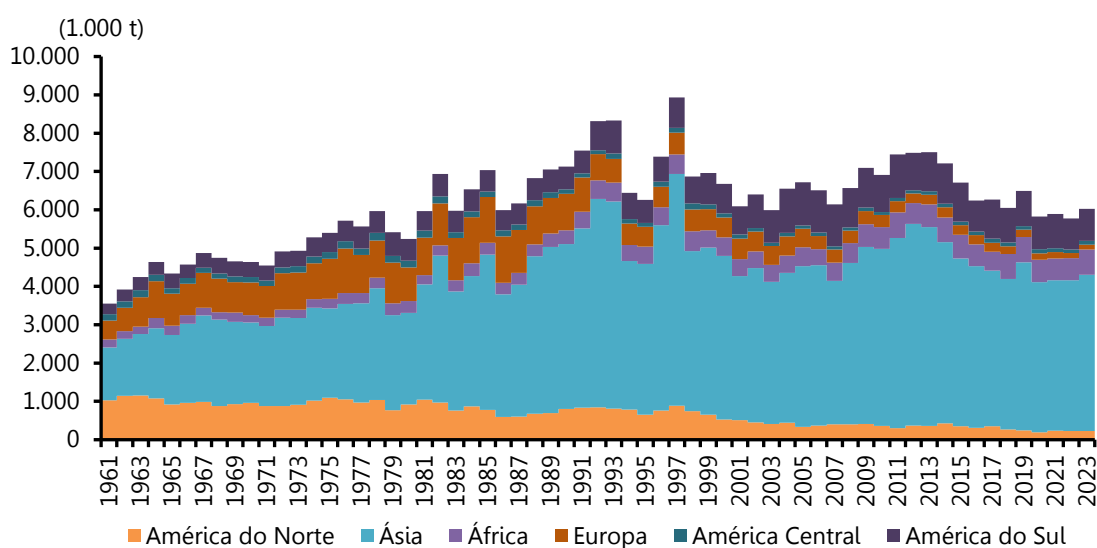


Fonte dos dados brutos: FAO (2025).

Em 2023, a produção mundial de tabaco concentrou-se em seis regiões: Ásia (67,8%), América do Sul (13,8%), África (11,0%), América do Norte (4,2%), Europa (2,0%) e América Central (1,7%), enquanto a contribuição da Oceania foi negligenciável. Ao longo da série histórica (1961-2023), como mostrado no Gráfico 2, vê-se uma tendência de queda na América do Norte (-78,3%), na Europa (-75,2%) e na América Central (-39,2%), mas de crescimento na América do Sul (201,8%), na Ásia (195,7%) e na África (225,0%). No mundo, o avanço foi de 68,6% entre 1961 e 2023.

Gráfico 2

Produção de fumo nas Américas, na Ásia, na África e na Europa – 1961-2023



Fonte dos dados brutos: FAO (2025).

Em termos de participação, o maior destaque é o crescimento da Ásia, que saltou de 39,6% para 66,8% ao longo das seis décadas. Além disso, a América do Sul subiu de 7,9% para 13,8%, assim como a África, que saiu de 5,9% para 11%. Em contrapartida, a participação da América do Norte caiu de 29,6% para 3,7%; a da Europa, de 14,3% para 2%; a da América Central, de 2,2% para 1,7%; e a da Oceania, de 0,5% para 0%. Finalmente, frisa-se que, entre os continentes que expandiram a produção de fumo entre 1961 e 2023, a Ásia respondeu por 72,7%; a América do Sul, por 14,9%; e a África, por 12,3%.

Já em relação à produção de tabaco por país, os dados de 2023 confirmam o domínio da Ásia, da América do Sul e da África. Nesse ano, os cinco principais produtores de tabaco no mundo foram China, Índia, Brasil, Indonésia e Zimbábue, que responderam por mais da metade da produção no período. Na Tabela 1, vê-se que esses países são seguidos por Estados Unidos, Paquistão, Tanzânia, Argentina e Coreia do Norte, fazendo com que os 10 maiores produtores respondam por 58,8% da produção global.

Tabela 1

*Ranking dos 10 principais países produtores de fumo do mundo — 2023*

PAÍS	VOLUME (1.000 t)	PARTICIPAÇÃO %
China .....	2.298.045	27,6
Índia .....	769.671	9,2
Brasil .....	683.469	8,2
Indonésia .....	238.806	2,9
Zimbábue .....	236.815	2,8
Estados Unidos .....	196.160	2,4
Paquistão .....	151.858	1,8
Tanzânia .....	122.859	1,5
Argentina .....	107.880	1,3
Coreia do Norte .....	87.427	1,1
<b>Top 10</b> .....	<b>4.892.990</b>	<b>58,8</b>
<b>MUNDO</b> .....	<b>8.321.984</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: FAO (2025).

Em termos históricos, convém dividir a série para entender o comportamento dos principais produtores de fumo no mundo. Na Tabela 2, observam-se os sete países onde mais cresceu e onde mais retrocedeu a produção mundial de fumo entre 1961 e 1997. Nesse sentido, o destaque positivo é a China, cuja participação saltou de 10,5% para 32,4%. Em contrapartida, os Estados Unidos apresentaram a maior redução no período, com uma fatia que caiu de 24,7% para 6,2%.

Tabela 2

Variação da produção de fumo em países selecionados — 1961-97

PAÍS	1961		1997		VARIACÃO 1961-1997	
	Valor (1.000 t)	Participação %	Valor (1.000 t)	Participação %	Valor (1.000 t)	Participação (p.p.)
<b>Maiores altas</b>						
China .....	395.854	10,5	4.261.283	32,4	3.865.429	21,9
Brasil .....	167.839	4,4	596.952	4,5	429.113	0,1
Índia .....	307.000	8,1	618.000	4,7	311.000	- 3,4
Turquia .....	101.407	2,7	286.414	2,2	185.007	- 0,5
Malauí .....	12.202	0,3	158.113	1,2	145.911	0,9
<b>Maiores quedas</b>						
Estados Unidos	935.000	24,7	810.746	6,2	- 124.254	- 18,6
Japão .....	126.900	3,4	68.504	0,5	- 58.396	- 2,8
México .....	66.922	1,8	32.204	0,2	- 34.718	- 1,5
Canadá .....	95.127	2,5	76.204	0,6	- 18.923	- 1,9
Cuba .....	49.639	1,3	30.938	0,2	- 18.701	- 1,1
<b>TOTAL GERAL ...</b>	<b>3.781.784</b>	<b>100,0</b>	<b>13.150.510</b>	<b>100,0</b>	<b>9.368.726</b>	<b>-</b>

Fonte dos dados brutos: FAO (2025).

Já a partir de 1997, a produção declinante tornou-se a regra para o cultivo de fumo mundial, em consonância com os esforços institucionais para a diminuição do tabagismo. O grande exemplo desse processo foi a China, cujo encolhimento em termos de produção de tabaco representou 40,7% da redução total do mundo no período, fazendo com que sua participação caísse de 32,4% para 27,6%, como evidencia a Tabela 3. Não obstante, alguns países mantiveram uma trajetória de crescimento na produção de tabaco, sendo a Índia o maior exemplo disso. Esse país não apenas manteve o posto de segundo maior produtor de tabaco, mas também aumentou sua participação relativa de 4,7% para 9,2% entre 1997 e 2023.

Tabela 3

Variação da produção de fumo em países selecionados — 1997-2023

PAÍS	1997		2023		VARIACÃO 1997-2023	
	Valor (1.000 t)	Participação %	Valor (1.000 t)	Participação %	Valor (1.000 t)	Participação (p.p.)
<b>Maiores quedas</b>						
China .....	4.261.283	32,4	2.298.045	27,6	- 1.963.238	- 4,8
Estados Unidos	810.746	6,2	196.160	2,4	- 614.586	- 3,8
Turquia .....	286.414	2,2	85.510	1,0	- 200.904	- 1,2
Grécia .....	146.975	1,1	12.060	0,1	- 134.915	- 1,0
Itália .....	130.513	1,0	29.010	0,3	- 101.503	-0,6
<b>Maiores altas</b>						
Índia .....	618.000	4,7	769.671	9,2	151.671	4,5
Indonésia .....	136.746	1,0	238.806	2,9	102.060	1,8
Tanzânia .....	35.380	0,3	122.859	1,5	87.479	1,2
Brasil .....	596.952	4,5	683.469	8,2	86.517	3,7
Moçambique .....		0,0	65.800	0,8	65.800	0,8
<b>TOTAL GERAL ...</b>	<b>13.150.510</b>	<b>100,0</b>	<b>8.321.984</b>	<b>100,0</b>	<b>- 4.828.526</b>	<b>-</b>

Fonte dos dados brutos: FAO (2025).

Os dados analisados nesta seção evidenciam o declínio relativo de nações da América do Norte, da Europa e da Oceania na produção de fumo. De fato, nas últimas décadas, caiu significativamente o cultivo de tabaco nos países de renda alta, fazendo com que essa atividade passasse a se concentrar em países de renda média ou renda baixa (Brandt, 2009). Embora as razões variem em cada um dos casos em que ocorreu essa diminuição, dois fatores concorrem para esse fenômeno: os altos custos com mão de obra nos países desenvolvidos e a redução dos subsídios agrícolas para a fumicultura nesses locais (Brandt, 2009).

Nos Estados Unidos, por exemplo, as estatísticas do Censo já mostram que estão desaparecendo as propriedades agrícolas de tabaco no Sul do país, região tradicionalmente associada a essa cultura. Entre 2002 e 2022, o número de propriedades agrícolas de tabaco caiu de 59.977 para 2.987, uma queda de 95% nesse íterim. Além dos custos com mão de obra, também se aponta como um elemento para essa redução a Lei da Reforma Justa e Equitativa do Tabaco, aprovada em 2004 e vulgarmente conhecida como Programa de Indenização aos Produtores de Tabaco, que encerrou o sistema de cotas para a produção e de preço mínimo para o tabaco, mas garantiu contrapartidas para os fumicultores (Snell, 2024).

O caso europeu guarda algumas semelhanças com a realidade dos Estados Unidos da América. Entre 1961 e 1986, a produção total de fumo no continente saltou 142,6%, superando o crescimento na América do Sul (93,2%), na Ásia (131,9%) e na África (48,4%) (FAO, 2025). Entretanto, a partir daí, a tendência se reverteu rapidamente, de modo que a queda, entre 1986 e 2023, foi de 89,8% (FAO, 2025). No âmbito da União Europeia, o fumo chegou a ser a atividade agrícola com o maior volume de subsídio por hectare, um montante que representou 2,3% do orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) em 2000. Entretanto, uma nova diretriz do Conselho de Ministros da União Europeia determinou que os subsídios deveriam ser paulatinamente encerrados a partir de 2004, o que acelerou a queda da produção de tabaco no continente europeu (Aspect Consortium, 2004).

### 1.3 Comércio internacional<sup>5</sup>

O comércio internacional de tabaco está concentrado em duas mercadorias principais: o fumo não manufaturado e o cigarro. Esses dois produtos respondem pelo grosso das vendas externas de artigos relacionados ao tabagismo — em termos de valor e volume —, apesar da presença de itens como fumo manufaturado, charutos e cigarrilhas. Esta seção, portanto, avalia esse comércio com dois objetivos: verificar quais são os maiores exportadores e os maiores importadores de fumo não manufaturado e cigarros e aferir possíveis transformações nesse mercado, ao longo dos últimos 20 anos.

---

<sup>5</sup> O Quadro A1, nos Anexos, traz informações relativas aos produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) utilizados para a elaboração das tabelas desta seção.

O exame dos maiores exportadores de fumo não manufaturado evidencia a importância do Brasil nesse âmbito. Em 2024, como tradicionalmente ocorre, o país situou-se novamente como o principal exportador dessa mercadoria no mundo, com 19,9% do total, quase o dobro do segundo lugar, a Índia (10%). Na sequência, China (9,8%), Zimbábue (8,5%) e Bélgica (7,7%) fecharam a lista dos cinco maiores exportadores de fumo não manufaturado no ano (Tabela 4). Nesse *ranking*, chama a atenção a presença da Bélgica, país que não é um grande produtor de tabaco, mas que é representativo entre os exportadores porque compra essa mercadoria de países em desenvolvimento e a revende para clientes europeus (ITC, 2025).

Tabela 4

Os dez principais países exportadores de fumo não manufaturado do mundo — 2024

PAÍS	VALOR (US\$ 1.000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %
Brasil .....	2.773.345	19,9
Índia .....	1.394.875	10,0
China .....	1.371.052	9,8
Zimbábue .....	1.182.253	8,5
Bélgica .....	1.078.186	7,7
EUA .....	547.060	3,9
Malauí .....	517.642	3,7
Bangladesh .....	473.421	3,4
Turquia .....	425.854	3,1
Alemanha .....	381.710	2,7
<b>Top 10</b> .....	<b>10.145.398</b>	<b>72,8</b>
<b>MUNDO</b> .....	<b>13.934.112</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

Nos últimos 20 anos, desde a aprovação da CQCT, esse mercado apresentou algumas mudanças expressivas, tal como sinaliza a Tabela 5. Por um lado, países como Zimbábue (7,1 p.p.), Índia (6,7 p.p.), Bélgica (5,9 p.p.) e Tanzânia (1,5 p.p) elevaram sua participação entre os maiores exportadores de fumo não manufaturado, ao passo que Turquia (- 4,3 p.p.), Grécia (- 3,3 p.p.) e Argentina (- 2 p.p) diminuíram. O Brasil, embora tenha tido a terceira maior alta absoluta no período, em termos de valor total exportado, também reduziu sua fatia entre os exportadores, de 23,9% para 19,9%.

Tabela 5

Principais países que condicionaram a *performance* das exportações de tabaco no mundo — 2005-24

PAÍS	2005		2024		VARIACÃO 2005-2024	
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação p.p.
<b>Maiores altas</b>						
Zimbábue .....	192.413	2,8	1.371.052	9,8	1.178.639	7,1
Índia .....	230.505	3,3	1.394.875	10,0	1.164.370	6,7
Brasil .....	1.660.547	23,9	2.773.345	19,9	1.112.798	- 4,0
Bélgica .....	177.875	2,6	1.182.253	8,5	1.004.378	5,9
Tanzânia .....	132.496	1,9	473.421	3,4	340.925	1,5
<b>Maiores quedas</b>						
Turquia .....	468.260	6,7	341.462	2,5	- 126.798	- 4,3
Grécia .....	365.332	5,2	271.103	1,9	- 94.229	- 3,3
Argentina .....	211.830	3,0	144.332	1,0	- 67.498	- 2,0
Holanda .....	62.211	0,9	2.012	0,0	- 60.199	- 0,9
Reino Unido .....	29.143	0,4	478	0,0	- 28.665	- 0,4
<b>TOTAL GERAL ...</b>	<b>6.961.463</b>	<b>100,0</b>	<b>13.934.112</b>	<b>100,0</b>	<b>6.972.649</b>	<b>-</b>

Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

Por outro lado, a análise dos dados de importação de fumo não manufaturado ao redor do mundo (Tabela 6) mostra uma concentração um pouco menor de países em relação à lista dos maiores exportadores. Em 2024, a liderança nesse quesito foi da China (13,8%), seguida da Bélgica (8,7%), da Alemanha (7,6%), da Indonésia (6,7%) e da Polónia (6,1%). Novamente, a presença da Bélgica no *top 5* dos dois *rankings* evidencia seu papel enquanto ponto de passagem de fumo não manufaturado para o continente europeu.

Tabela 6

Dez principais países importadores de fumo não manufaturado do mundo — 2024

PAÍS	VALOR (US\$ 1.000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %
China .....	1.878.444	13,8
Bélgica .....	1.183.688	8,7
Alemanha .....	1.034.280	7,6
Indonésia .....	911.250	6,7
Polónia .....	829.034	6,1
Estados Unidos .....	806.978	5,9
Turquia .....	528.249	3,9
Emirados Árabes Unidos .....	501.746	3,7
Egito .....	428.853	3,1
República Dominicana .....	399.740	2,9
<b>Top 10 .....</b>	<b>8.502.262</b>	<b>62,3</b>
<b>MUNDO .....</b>	<b>13.657.658</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

Quando se realiza uma avaliação sobre o comportamento dos principais importadores de fumo manufaturado nos últimos 20 anos disponíveis na série histórica (2005-2024), também se constata transformações relevantes. Nesse ínterim, registrou-se um crescimento da participação relativa da China (9,6 p.p.), da Bélgica (5,8 p.p.), da Indonésia (4,9 p.p.), da Polónia (3,8 p.p.) e dos Emirados Árabes Unidos (3,6

p.p.), além de outros países que aumentaram sua fatia em taxas menores. Todavia, Rússia (-6,6 p.p.), Holanda (-5,1 p.p.) e Reino Unido (-4,8 p.p.) apresentaram as maiores retrações em termos de participação nas importações mundiais de fumo não manufaturado.

Tabela 7

Principais países que condicionaram a *performance* das importações de tabaco no mundo — 2005-24

PAÍS	2005		2024		VARIACÃO 2005-2024	
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação p.p.
<b>Maiores altas</b>						
China .....	324.056	4,1	1.878.444	13,8	1.554.388	9,6
Bélgica .....	228.974	2,9	1.183.688	8,7	954.714	5,8
Indonésia .....	142.206	1,8	911.250	6,7	769.044	4,9
Polônia .....	181.640	2,3	829.034	6,1	647.394	3,8
Emirados Árabes Unidos .....	3.671	0,0	501.746	3,7	498.075	3,6
<b>Maiores quedas</b>						
Rússia .....	687.652	8,7	292.593	2,1	- 395.059	- 6,6
Reino Unido .....	376.754	4,8	595	0,0	- 376.159	- 4,8
Holanda .....	502.728	6,4	169.676	1,2	- 333.052	- 5,1
Ucrânia .....	234.531	3,0	117.225	0,9	- 117.306	- 2,1
Suíça .....	186.996	2,4	77.848	0,6	- 109.148	- 1,8
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>7.881.592</b>	<b>100,0</b>	<b>13.657.658</b>	<b>100,0</b>	<b>5.776.066</b>	<b>-</b>

Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

Já o comércio internacional de cigarros apresenta uma dinâmica distinta em comparação com o de fumo não manufaturado. Isso porque, como comentado anteriormente, a venda de cigarros tende a ser realizada internamente, dentro dos países, de modo que o comércio exterior corresponde a uma fatia diminuta desse mercado. Além disso, não ocorre necessariamente uma equivalência entre os principais produtores de fumo e os maiores exportadores de cigarro, reproduzindo uma lógica de divisão internacional do trabalho, em que países de menor renda tendem a se ocupar das atividades econômicas de menor valor agregado.

Em 2024, a Polônia sobressaiu como o maior exportador de cigarros do mundo, com uma parcela de 24,8% do valor total vendido ao exterior. Seguiram-se à Polônia, a República Tcheca (7,5%), a Alemanha (7,1%), a Indonésia (6,8%) e Portugal (4,8%), fechando os cinco principais exportadores desse produto nesse ano (Tabela 8). A liderança de poloneses e tchecos reflete a decisão corporativa de fabricantes de cigarros de transferir unidades produtivas de países do centro da Europa para o leste do continente, à procura de menores custos com mão de obra e menores restrições regulatórias (Meyer, 1997).

Tabela 8

Dez principais países exportadores de cigarros no mundo — 2024

PAÍS	VALOR (US\$ 1.000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %
Polônia .....	4.905.096	24,8
República Tcheca .....	1.479.855	7,5
Alemanha .....	1.393.942	7,1
Indonésia .....	1.344.467	6,8
Portugal .....	941.925	4,8
Romênia .....	880.120	4,5
Hong Kong, China .....	746.985	3,8
Coreia do Sul .....	742.560	3,8
Lituânia .....	701.504	3,6
Cingapura .....	468.171	2,4
<b>MUNDO</b> .....	<b>19.756.056</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

Com efeito, um exame do comportamento da evolução dos exportadores de cigarro comprova a existência desse fenômeno. Conforme se lê na Tabela 9, Polônia (23,5 p.p.), República Tcheca (6,5 p.p.) e Romênia (4,4 p.p.) estão entre os mercados que mais elevaram sua parcela nas exportações globais de cigarro entre 2005 e 2024. Ademais, embora não seja um país do Leste Europeu, o avanço relativo de Portugal (2,8 p.p.) atende a um imperativo análogo, na medida em que esse país também apresenta menores custos de mão de obra em relação aos países centrais europeus, além de apresentar uma vantagem logística para exportações. Por fim, destaca-se o crescimento da Indonésia (4,4 p.p.), que pode ser explicado pelo destaque do país na fabricação de *kretek*, uma mistura de tabaco com cravo, o que confere singularidade aos seus cigarros.

Tabela 9

Principais países que condicionaram a *performance* das exportações de cigarros no mundo — 2005-24

PAÍS	2005		2024		VARIACÃO 2005-2024	
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação p.p.
<b>Maiores altas</b>						
Polônia .....	188.734	1,3	4.905.096	24,8	4.716.362	23,5
República Tcheca .....	139.081	1,0	1.479.855	7,5	1.340.774	6,5
Indonésia .....	185.779	1,3	1.344.467	6,8	1.158.688	5,5
Romênia .....	1.870	0,0	880.120	4,5	878.250	4,4
Portugal .....	274.229	1,9	941.925	4,8	667.696	2,8
<b>Maiores quedas</b>						
Holanda .....	3.056.745	21,4	352.454	1,8	- 2.704.291	- 19,6
Alemanha .....	2.894.818	20,3	1.393.942	7,1	- 1.500.876	- 13,2
Estados Unidos ..	1.218.320	8,5	249.951	1,3	- 968.369	- 7,3
Emirados Árabes Unidos .....	379.775	2,7	229.294	1,2	- 150.481	- 1,5
Vietnã .....	120.908	0,8	103.493	0,5	- 17.415	- 0,3
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>14.275.580</b>	<b>100,0</b>	<b>19.756.056</b>	<b>100,0</b>	<b>5.480.476</b>	<b>-</b>

Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

Novamente, esse deslocamento de fábricas de países com maior nível de renda para outros mercados se verifica nos dados dos principais importadores de cigarros do mundo em 2024. Nesse ano, Alemanha (16,1%), Itália (7,7%), Japão (5,3%), Espanha (4,8%) e França (4,0%) constituíram os maiores compradores de cigarros produzidos fora de seus domínios. No caso alemão, é importante lembrar que o país atua como um distribuidor regional, na medida em que se situa simultaneamente entre os maiores exportadores e os maiores importadores de cigarro, movimento análogo ao da Bélgica com fumo não manufaturado.

Tabela 10

Dez principais países importadores de cigarros do mundo – 2024

PAÍS	VALOR (US\$ 1.000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %
Alemanha .....	3.319.560	16,1
Itália .....	1.589.459	7,7
Japão .....	1.086.669	5,3
Espanha .....	994.550	4,8
França .....	834.585	4,0
Hong Kong, China .....	598.380	2,9
Vietnã .....	591.502	2,9
Arábia Saudita .....	573.934	2,8
Cingapura .....	564.766	2,7
China .....	493.372	2,4
<b>MUNDO</b> .....	<b>20.608.516</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

Finalmente, nos últimos 20 anos, também se constatam transformações na dinâmica de importação de cigarros. Nesse intervalo, a Alemanha foi o país que mais elevou sua participação nas importações mundiais de cigarros (13,3 p.p.), com larga vantagem para o Vietnã (2,8 p.p.), a China (2,1 p.p.), o Iraque (1,6 p.p.) e a Bulgária (1,4 p.p.), que configuram os maiores destaques nesse quesito. Em compensação, o Japão (-12,9 p.p.), a França (-5,9 p.p.), a Espanha (-5,1 p.p.), a Itália (-5,0 p.p.) e Taiwan (-2,4 p.p.) foram os destinos cuja parcela de importações mundiais de cigarro mais diminuiu.

Tabela 11

Principais países que condicionaram a *performance* das importações de cigarros no mundo — 2005-24

PAÍS	2005		2024		VARIACÃO 2005-2024	
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação %	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Participação p.p.
<b>Maiores altas</b>						
Alemanha .....	476.126	2,8	3.319.560	16,1	2.843.434	13,3
Vietnã .....	3.446	0,0	591.502	2,9	588.056	2,8
China .....	51.855	0,3	493.372	2,4	441.517	2,1
Iraque .....	-	0,0	328.817	1,6	328.817	1,6
Bulgária .....	948	0,0	291.554	1,4	290.606	1,4
<b>Maiores quedas</b>						
Japão .....	3.090.414	18,2	1.086.669	5,3	- 2.003.745	- 12,9
França .....	1.694.652	10,0	834.585	4,0	- 860.067	- 5,9
Espanha .....	1.691.393	9,9	994.550	4,8	- 696.843	- 5,1
Itália .....	2.158.178	12,7	1.589.459	7,7	- 568.719	- 5,0
Taiwan .....	601.901	3,5	227.419	1,1	- 374.482	- 2,4
<b>TOTAL GERAL ...</b>	<b>17.000.983</b>	<b>100,0</b>	<b>20.608.516</b>	<b>100,0</b>	<b>3.607.533</b>	<b>-</b>

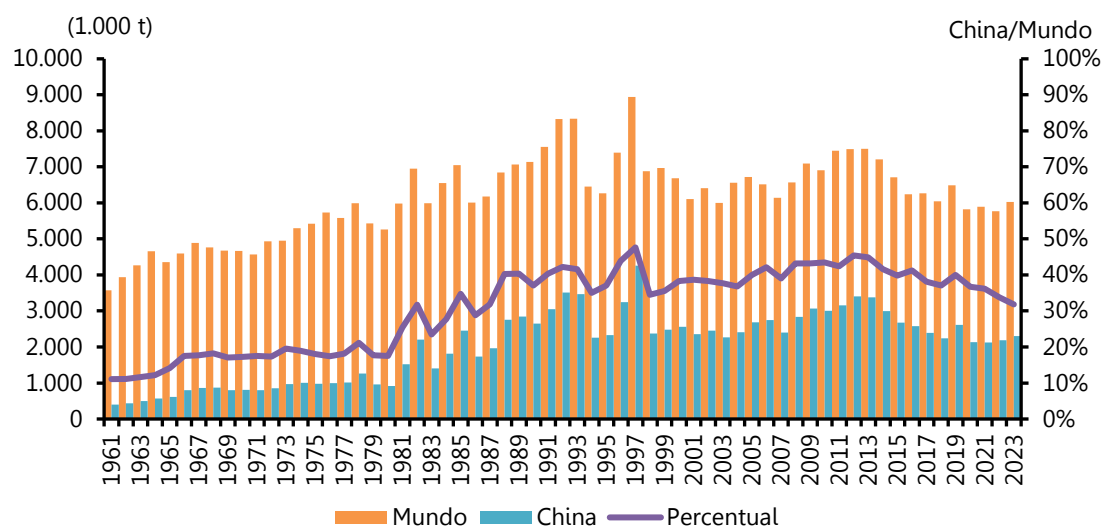
Fonte dos dados brutos: ITC (2025).

#### 1.4 A importância da China para o mercado de fumo global

A China é o país mais relevante para o cultivo, a produção, o consumo e a importação de fumo não manufaturado no planeta. Como observado anteriormente, na Tabela 1, a China é o maior produtor mundial de tabaco. Nota-se, ainda, que sua fatia do total de fumo cultivado no mundo, que era de 11,1% no primeiro ano da série histórica, subiu paulatinamente para um patamar de 40%. Entretanto, nos últimos anos, a participação relativa da China na produção de fumo não manufaturado passou a apresentar uma trajetória descendente (FAO, 2025).

Gráfico 3

Participação da China na produção mundial de tabaco — 1961-2023



Fonte dos dados brutos: FAO (2025).

Geograficamente, a área de cultivo de tabaco na China se concentra nas províncias de Henan, Yunnan, Guizhou e Sichuan, no sudeste do país. A variedade de tabaco do tipo Virgínia é a mais prevalente na China, principalmente por sua versatilidade como matéria-prima para a produção de cigarro, sendo amplamente utilizada devido à sua qualidade e ao seu sabor, mais populares entre os fumantes ao redor do mundo.

A pujança da agricultura fumageira na China está vinculada à maciça presença de tabagistas no país. De fato, o número de chineses fumantes situa-se em torno de 300 milhões, de modo que a China representa mais de um quarto do total de fumantes do mundo (Zhang *et al.*, 2023). Entretanto, apesar da demanda interna, a China ainda apresenta um excedente exportável de fumo, fenômeno que geralmente não ocorre com outras *commodities*. Mesmo assim, em 2024, o país também liderou o *ranking* dos principais importadores de fumo não manufaturado.

Uma possível explicação para a concomitância da China na lista dos principais importadores e exportadores de fumo não manufaturado diz respeito à classe do tabaco e à sua qualidade. Como o tipo Virgínia domina a produção chinesa, é de se esperar que demais variantes, como o Burley, estejam presentes nas folhas importadas pelo país. Da mesma forma, a China exporta o Virgínia para destinos que não possam obtê-lo no mercado doméstico.

Além disso, os chineses podem estar buscando uma diversificação de parceiros que vendam fumo não manufaturado (Brasil, Zimbábue, Malauí, etc.) para agregar valor e diversidade aos seus cigarros, oferecendo ao mercado doméstico mais opções de produtos do tabaco. Por fim, salienta-se também a possibilidade de que o fumo de pior qualidade produzido na China seja enviado para países mais pobres, que manufaturam cigarros mais baratos, enquanto as folhas mais nobres importadas abastecem o mercado chinês de cigarros.

O último fato que justifica a primazia da China no mercado mundial de fumo advém da proeminência de sua empresa estatal, a CNTC. Atualmente, a CNTC é a maior companhia do mundo em termos de faturamento no setor, em que pese sua ainda reduzida projeção global no setor de cigarros. Todavia, o governo chinês já sinalizou sua intenção de trabalhar para que a CNTC aumente sua presença no mercado internacional. Esse propósito está alinhado aos objetivos da Iniciativa Belt and Road (BRI), que procura consolidar a influência econômica global da China (Huang, 2016).

A expansão da CNTC para mercados emergentes, como o Sudeste Asiático e partes da África, visa fortalecer a posição da China como um ator global no setor de tabaco. A listagem da China Tobacco International Hong Kong na bolsa de valores, em 2019, foi um marco importante nessa jornada, permitindo à empresa captar recursos para financiar sua expansão internacional e competir diretamente com gigantes como PMI e BAT. Com isso, a CNTC está não apenas aumentando sua participação

no mercado global, mas também consolidando a presença de marcas chinesas no cenário internacional (Zeiss *et al.*, 2022).

## 2 O cultivo de fumo no Brasil

O Brasil ocupa posição de destaque na produção e na exportação mundial de fumo não manufaturado, sendo reconhecido internacionalmente pela qualidade do produto, pela ampla adoção de práticas agrícolas eficientes e pela rastreabilidade dos processos produtivos. No caso brasileiro, a fumicultura está fortemente concentrada na agricultura familiar, especialmente na Região Sul do país, que responde por mais de 90% da produção nacional. Portanto, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná formam o principal cinturão fumageiro brasileiro, em que milhares de pequenos produtores dependem dessa atividade como principal fonte de renda.

A organização da cadeia produtiva do fumo no Brasil caracteriza-se pelo sistema de integração vertical, no qual os agricultores firmam contratos com empresas fumageiras, que fornecem insumos, assistência técnica e garantia de compra. Essa estrutura proporciona relativa estabilidade econômica ao produtor, mas também impõe uma relação de dependência e limitações à autonomia dos agricultores. Por outro lado, o fumo tem sido historicamente uma das culturas mais rentáveis por hectare, o que explica sua persistência mesmo diante de adversidades econômicas e climáticas.

Apesar de sua importância econômica, o setor enfrenta desafios internos significativos. Em primeiro lugar, há um tensionamento crescente entre os ganhos socioeconômicos proporcionados pela atividade — como geração de emprego, renda e arrecadação tributária — e os compromissos do Brasil com a redução do consumo de produtos derivados do tabaco. As políticas de saúde pública, alinhadas à Convenção-Quadro da OMS, têm contribuído para uma redução do mercado interno de cigarros, pressionando ainda mais o setor a se voltar para as exportações. Adicionalmente, há outras preocupações de ordem social e ambiental, que colocam o setor sob constante escrutínio por parte de órgãos reguladores e organizações não governamentais.

Outro aspecto crítico refere-se à dificuldade de implementação de políticas públicas eficazes de diversificação produtiva. Embora iniciativas tenham sido propostas nos últimos anos, especialmente por parte de governos estaduais e cooperativas, muitos produtores não encontram alternativas economicamente viáveis ao cultivo do fumo, dada a presumida menor rentabilidade relativa de outras culturas e a falta de mercados estruturados. Assim, a persistência da atividade fumageira não deve ser interpretada apenas como resistência à mudança, mas como reflexo das condições concretas de viabilidade econômica no meio rural.

O capítulo a seguir detalha a estrutura do cultivo de fumo no Brasil com base no histórico, nos aspectos técnicos, nas adversidades e nas estatísticas sobre produção, área colhida, empregos e exportações. Ao compreender os elementos específicos

do caso brasileiro, torna-se possível qualificar o debate sobre os rumos da atividade e suas implicações para o desenvolvimento regional, a saúde pública e a sustentabilidade do setor.

## 2.1 Histórico

No Brasil, embora o cultivo do tabaco anteceda a colonização portuguesa — devido à sua utilização por grupos nativos em rituais religiosos —, foi durante o período colonial que essa atividade econômica realmente ganhou impulso. No século XVII, o tabaco começou a ser cultivado no país, especialmente na região costeira entre Salvador e Recife, nas proximidades de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Esse desenvolvimento marcou o início de uma tradição agrícola que se consolidaria ao longo dos anos, tornando-se uma importante fonte de renda para os proprietários de terra e influenciando a economia colonial (Vogt, 1997).

O primeiro tipo de fumo produzido no Brasil era o escuro, distinto dos fumos claros que predominam atualmente, e era comercializado em forma de corda. Com esse fumo, elaborava-se rapé (tabaco em pó para inalar), além de cigarros e charutos. Desde o início, o produto era destinado tanto ao consumo interno quanto à exportação, sendo comercializado com mercados na Europa e na África, com diferenças significativas (Simonsen, 1967).

Via de regra, o fumo de melhor qualidade era vendido diretamente para a Europa, onde o hábito de fumar e cheirar rapé estava se popularizando rapidamente. Além disso, o fumo de menor qualidade tinha como destino principal a África, onde era trocado por pessoas escravizadas nascidas nesse continente (Nardi, 1985). Por conta dessa situação, vê-se um vínculo entre o comércio internacional de fumo e o barateamento do preço da mão de obra utilizada para outras culturas, como a da cana-de-açúcar, no país (Brum, 1998).

Paulatinamente, o cultivo de fumo ultrapassou as fronteiras territoriais da Bahia e alcançou outros estados, como Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, especialmente, o Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, a introdução do fumo remonta a 1824, com a chegada de imigrantes alemães que se estabeleceram em São Leopoldo. Contudo, a cultura começou a ganhar popularidade a partir de 1850, coincidindo com a fundação do município de Santa Cruz, que se tornou um dos principais centros de produção do estado (Prieb, 2005). Essa expansão reflete não apenas a adaptação dos imigrantes às condições locais, mas também a crescente demanda por tabaco, que se tornou uma importante *commodity* na economia regional.

Durante o século XIX, com a progressiva popularização do consumo de cigarro, o tabaco do tipo Virgínia tornou-se o mais apreciado por fumantes ao redor do mundo, suscitando o desejo de produtores gaúchos de incorporá-lo à cesta de tabacos vendidos ao exterior. Contribuía para essa pretensão o fato de que os imigrantes alemães e seus descendentes tinham o objetivo de vender sua produção para

seus compatriotas, que também enxergavam com bons olhos a possibilidade de comprar tabaco gaúcho (Silva, 2002).

Apesar disso, a introdução do cultivo do tabaco do tipo Virgínia no Rio Grande do Sul atravessou diversos percalços e só pôde ser concretizada em 1920, após várias tentativas. Para isso, foi fundamental a atuação da empresa Souza Cruz, fundada no Rio de Janeiro, em 1903, pioneira na fabricação mecanizada de produtos de tabaco no Brasil. Em 1914, a Souza Cruz vendeu seu controle acionário para a British-American Tobacco (BAT), maior empresa de tabaco do mundo à época (Seffrin, 1995).

A partir da integração, a Souza Cruz pôde amearhar capitais e ampliar sua capacidade de atuação, o que a levou à posição de maior indústria de tabaco da América Latina. Nesse período, a Souza Cruz foi responsável pela introdução de estufas para o cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul, pelo uso de insumos químicos e pela realização de investimentos em melhoramento genético das sementes, o que possibilitou um expressivo aumento da produção de fumo no estado (Vogt, 1997).

Já desde os anos 30 do século passado, três características se destacavam na cultura do tabaco, no Rio Grande do Sul: 1) a importância das colônias de imigrantes alemães e seus descendentes, 2) o predomínio do minifúndio, e 3) o uso intensivo de mão de obra familiar. Salvaguardadas as devidas proporções, esses elementos ainda configuram o alicerce da produção de fumo no RS.

Ademais, já era possível constatar, nesse período, a significativa concentração de empresas do setor, como decorrência da necessidade de altos volumes de capitais para a manutenção da atividade fumageira (Vogt, 1997). Desse modo, já nas primeiras décadas do século XX, observava-se um elevado grau de internacionalização e centralização do capital do setor, o que também se verifica até hoje.

Finalmente, salienta-se a relevância da região de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo, como o principal polo brasileiro de beneficiamento do tabaco para cigarros. Ocorre que, com a introdução do tabaco do tipo Virgínia, o Rio Grande do Sul se especializou na produção de fumos claros, ao passo que a Bahia manteve a produção de fumos escuros, destinados principalmente à fabricação de charutos.

A atuação da Souza Cruz e das demais fumageiras encetou uma prática dominante até hoje no cultivo de fumo: o sistema integrado de produção do tabaco (SIPT). Essa forma de produção está baseada no estabelecimento de um contrato entre o produtor rural e a indústria do tabaco. Assim, cabe à fumageira assegurar as sementes, os insumos químicos, a assistência técnica e as fontes de financiamento para o agricultor, que, em troca, vende as folhas colhidas em determinado período. O SIPT também proporciona ao fumicultor a garantia de que sua produção será comprada, elemento imprescindível para a segurança financeira dos agricultores. Essa prática iniciou-se no Rio Grande do Sul, ainda na primeira metade do século XX, e foi posteriormente expandida para os estados de Santa Catarina e do Paraná.

É importante destacar o esforço das fumageiras para promover o SIPT em Santa Catarina e no Paraná. Muitas vezes, essas empresas utilizam filhos de produtores rurais como instrutores, buscando convencê-los a optar pelo cultivo de fumo em vez do de outras culturas. Esse método não apenas facilita a disseminação de técnicas de cultivo, mas também reforça laços comunitários e familiares dentro da produção agrícola (Silva, 2002). Esse tipo de abordagem é crucial para a manutenção da cadeia produtiva do tabaco na região, já que a adaptação às práticas recomendadas pode resultar em uma colheita mais lucrativa.

Nesse sentido, salienta-se que a cultura do fumo apresenta uma das maiores relações de valor da produção por área plantada entre as culturas com mais de 100 mil hectares no Rio Grande do Sul, de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa realidade contribui para explicar a permanência de milhares de famílias no cultivo do fumo, a despeito de um conjunto de adversidades que serão analisadas subsequentemente.

Com a efetivação da ampliação da produção de tabaco em Santa Catarina e no Paraná, a Região Sul se consolidou como a principal área produtora de fumo do país, com o Rio Grande do Sul se destacando como um centro de produção e, sobretudo, como um importante exportador. Na próxima seção, serão analisadas informações detalhadas sobre os aspectos técnicos da produção de fumo no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul.

## 2.2 Aspectos técnicos

O cultivo de fumos claros de estufa apresenta particularidades que devem ser consideradas para a correta compreensão de seu processo produtivo. Em primeiro lugar, destacam-se as condições edafoclimáticas<sup>6</sup> que viabilizam essa cultura. Posteriormente, salientam-se as diferentes etapas da produção de fumo dentro da propriedade agrícola, à luz das características fundamentais do sistema integrado de produção, que estrutura a cultura no Sul do Brasil. Por fim, abordam-se as principais características do sistema integrado de produção de fumo.

Em termos de condições climatológicas, realça-se que a folha de tabaco se desenvolve em temperaturas entre 20 °C e 30 °C. Isso porque, sob temperaturas abaixo de 15 °C, não ocorre o adequado desenvolvimento da planta e é possível a observação de floração precoce. Além disso, acima dos 30°C, verifica-se a queimação das folhas devido à forte insolação. Essa variável já explica um dos porquês de a produção de fumo estar concentrada no Sul do Brasil (Lima, 2000).

Ademais, no que diz respeito aos aspectos pluviométricos, vê-se que a planta necessita de precipitações relativamente bem distribuídas durante seu período de desenvolvimento, com um volume ideal entre 100 e 300 milímetros mensais. Essa

---

<sup>6</sup> Condições edafoclimáticas referem-se ao conjunto de fatores do solo (edáficos) e do clima (climáticos) que influenciam o desenvolvimento de uma planta ou cultura agrícola. Isso inclui alguns aspectos, como tipo e fertilidade do solo, temperatura, regime de chuvas, umidade, radiação solar e altitude.

quantidade assegura a umidade adequada para a planta. Se houver excesso de chuva, provavelmente haverá a formação de folhas leves, que têm baixa oleosidade e baixo teor de nicotina, além de aroma fraco. Por outro lado, em contextos de estiagem e, portanto, de reduzida umidade, a planta não se desenvolverá corretamente, acarretando folhas pequenas e de elevado teor de nicotina (Silva, 2002).

Já as condições topográficas indicam que o fumo de estufa<sup>7</sup> se adapta a diferentes tipos de solo. Em um contexto de manejos artificiais, os solos argilosos (de textura pesada) e os arenosos (de textura leve) se mostram propícios para o plantio do tabaco (Guerrero, 1995). Mesmo assim, o solo mais recomendado para o cultivo do fumo de estufa é o franco-arenoso. Além disso, se o solo estiver drenado, profundo, com pH em torno de 6 e bom nível de matéria orgânica, diminui a necessidade de insumos químicos (Lima, 2000).

Como visto anteriormente, o cultivo do fumo, no Brasil, é realizado por meio de um sistema integrado entre os fumicultores e as fumageiras. Antes de iniciar a produção, portanto, cabe à indústria vender aos agricultores os insumos necessários: sementes, maquinários, agrotóxicos e assistência técnica. Na sequência, a atividade fumageira é realizada em três etapas: 1) produção das mudas e preparo da terra, 2) transplante das mudas e tratamentos culturais, e 3) colheita, secagem, armazenamento e classificação. Finalmente, o fumo é transportado por caminhões até as instalações das indústrias (Vogt, 1997).

A primeira fase da produção é o plantio das mudas de tabaco, que, no Sul do Brasil, geralmente ocorre em maio, apesar de algumas variações regionais. Assim como em algumas outras culturas, as sementes de tabaco não devem ser colocadas diretamente no terreno onde serão plantadas. Assim, o sistema mais usual é o *floating*, pelo qual são produzidas mudas em bandejas de isopor ou plástico, que flutuam sobre uma lâmina de água em um ambiente protegido. Trata-se da melhor prática para a germinação e para o desenvolvimento das mudas (Silva, 2002).

Concomitantemente, compete ao agricultor o preparo da terra para o posterior transplante das mudas. Nesse momento, há três tipos de manejo de solo diferentes: preparo convencional, cultivo mínimo e plantio direto (Silva, 2002). No sistema convencional, é necessário realizar a lavra, a gradeação e a adubação, sempre com o cuidado de evitar a erosão do solo.

Após cerca de 65 dias da semeadura, inicia-se a segunda etapa da produção: o transplante das mudas. Via de regra, quando as mudas estão com uma altura entre 15 e 20 cm, o agricultor deve levá-las para a lavoura, onde serão plantadas. Esse estágio demanda uma série de cuidados do fumicultor, que deve realizar a capação de flores e botões de flores e assegurar a correta adubação e reposição de nutrientes da terra, bem como a aplicação de herbicidas (Vogt, 1997).

---

<sup>7</sup> Em termos comerciais, “fumo de estufa” refere-se sempre ao tabaco do tipo Virgínia.

Em seguida, entre 60 e 70 dias após o transplante, inicia-se o período da colheita das plantas de tabaco (Lima, 2000). Essa fase deve ser cumprida em etapas, uma vez que a maturação da folha não se dá de modo uniforme. Idealmente, faz-se a colheita em um clima úmido, sobretudo nas primeiras horas do dia, com o objetivo de mitigar os efeitos do sol forte. Após a colheita, as plantas são levadas para estufas à base de lenha, onde ocorrem a secagem e a cura. É imperativo que o fumicultor se certifique de que a estufa se mantenha na temperatura adequada, sob risco de comprometer as folhas (Silva, 2002).

Quando as folhas se encontram prontas, o produtor deve abrir a estufa e levá-las ao paiol, onde devem permanecer empilhadas por um período de 30 a 50 dias (Vogt, 1997). Depois, é efetuada a classificação das folhas (sortição), de acordo com os critérios do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Então, o fumo é transportado por caminhões contratados pelas fumageiras até a indústria, onde são novamente classificados, esterilizados, imunizados, acondicionados e destalados. Por fim, o fumo é enfardado e encaixotado, para aguardar o destino final (mercado interno ou exportação) (Silva, 2002).

É importante frisar o papel que o instrutor agrícola desempenha ao longo do processo produtivo. Caso o fumicultor não domine as técnicas de cultivo, cabe ao instrutor ensiná-lo. No entanto, mesmo que o produtor já tenha conhecimento e prática da cultura do fumo, cabe a ele seguir os padrões orientados pela indústria. Logo, o trabalho acaba sendo determinado externamente pelas indústrias, por meio de seus assessores agrícolas, no manejo das tecnologias utilizadas no período (Hartwig, 2016).

O cultivo de fumo no Brasil é realizado majoritariamente pela agricultura familiar, em pequenas propriedades, e é muito intensivo em mão de obra (Breitenbach, 2014). Segundo o Censo Agropecuário 2017, 95% dos estabelecimentos e 87% da área dedicada à fumicultura enquadram-se na classificação da agricultura familiar (IBGE, 2020). Quase todas as etapas do processo produtivo, vistas anteriormente, são realizadas por meio de trabalho manual. Em geral, todos os membros da família participam do cultivo ao menos em uma das etapas, até mesmo idosos e crianças. Em determinados contextos, trabalhadores temporários (safristas) são contratados para assistir as famílias envolvidas na atividade (Vogt, 1997).

O caráter intensivo do uso de mão de obra não implica a ausência de utilização de mecanização, como tratores. Entretanto, propriedades diminutas e em terrenos muito acidentados dificultam seu aproveitamento. Ainda assim, observam-se inovações em termos de agroquímicos e de manejos inovadores, bem como melhorias nas estufas. Apesar disso, não há perspectivas de supressão do trabalho manual, mantendo a atividade fumageira em moldes semelhantes aos observados no passado (Silveira; Dornelles; Ferrari, 2012).

Desse modo, o SIPT assegura que a indústria tenha controle sobre todo o processo produtivo, subordinando os fumicultores às suas necessidades. Ademais, apesar do comprometimento da indústria com a compra da produção, o fumicultor pode

não conseguir viabilizar uma rentabilidade adequada, caso haja um revés nas previsões da colheita por fatores não cobertos por seguro agrícola.

Além do risco de não obter uma colheita adequada, o fumicultor também pode ter uma frustração de receitas em razão do sistema de classificação das folhas. Ocorre que, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (BRASIL, 2007), existem 48 classes do fumo Virgínia, principal tipo de tabaco produzido no país. Como as classes apresentam valores diferenciados conforme a qualidade da folha, a classificação é o momento em que é determinado o montante que o produtor irá arrecadar da indústria. Mesmo que o fumicultor realize uma classificação prévia em sua propriedade rural, são os técnicos da indústria que dão a palavra final sobre a classe da folha, muitas vezes sem a presença do produtor (Hartwig, 2016).

Considerando o fato de que a governança da produção é coordenada pela indústria, os contratos geralmente estabelecem a exclusividade da comercialização do fumo, de sorte que o produtor, via de regra, não pode optar por vender suas mercadorias para terceiros ao longo do ano-safra. Mesmo nos casos em que o fumicultor tenha a possibilidade contratual de vender sua produção para um terceiro, cabe a ele pagar à indústria os custos da produção, recolher as suas folhas e vendê-las à concorrência ou a um intermediário, o que, muitas vezes, não se mostra como uma alternativa economicamente viável (Vogt, 1997).

Caso o fumicultor não consiga obter um rendimento adequado para sua produção, ainda assim terá de pagar o financiamento avalizado pela indústria, sob os quais incorrem juros. Frisa-se que essa situação não se altera mesmo se o produtor seguir integralmente as orientações do instrutor agrícola. Se esse cenário se repetir em diferentes safras, é possível que o endividamento do agricultor se torne insustentável, permitindo à indústria executar o contrato e amealhar os bens em seu nome como pagamento da dívida (Hartwig, 2016).

Um dos motivos pelos quais muitos fumicultores têm de recorrer ao financiamento por parte da indústria decorre do fato de que, no Brasil, o cultivo do fumo não está elegível para financiamento no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo a Resolução n.º 4.107/2012 do Banco Central do Brasil, “é vedada a concessão de crédito ao amparo do Pronaf relacionado com a produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras”.<sup>8</sup> Essa restrição impacta fortemente os produtores de fumo porque o Pronaf constitui a principal fonte de financiamento para a agricultura familiar, tal como predominantemente verificado no caso do cultivo do tabaco.

No Brasil, os fumicultores estão organizados na Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), ao passo que a indústria está vinculada ao Sindicato Interestadual

---

<sup>8</sup> Ressalva-se, porém, que os fumicultores podem utilizar o Pronaf em itens financiados que não se destinem exclusivamente à cultura do fumo e que sejam utilizados para outras atividades que fomentem a diversificação de culturas (Brasil, 2012).

da Indústria do Tabaco (Sinditabaco)<sup>9</sup>. Em 2025, a Afubra contava com 92.168 afiliados, enquanto o Sinditabaco englobava 14 indústrias.

A Afubra, criada em 1955, constitui a principal entidade representativa dos produtores de tabaco no país, sobretudo na Região Sul, responsável pela maior parte da produção nacional. Sua atuação tem se caracterizado pela defesa dos interesses dos fumicultores junto às indústrias processadoras e ao estado, buscando assegurar condições favoráveis de produção e comercialização. Nesse sentido, a Afubra desempenha papel central na mediação entre agricultores familiares e grandes corporações do setor fumageiro, configurando-se como um ator coletivo relevante para a cadeia produtiva do tabaco (Silva, 2008).

Entre as atribuições da entidade, destaca-se a negociação anual do preço das folhas de tabaco com as empresas compradoras. Esse processo confere maior previsibilidade à renda dos agricultores e reduz os riscos associados à volatilidade do mercado internacional. Ao atuar como instância coletiva de barganha, a Afubra contribui para equilibrar — ainda que parcialmente — a assimetria existente entre os fumicultores, caracterizados pela produção atomizada em pequenas propriedades, e a concentração econômica das companhias transnacionais do setor (Silva, 2008). Entretanto, contra a Afubra também pesam críticas sobre sua suposta aproximação com o Sinditabaco, o que reduziria as possibilidades de atuação em defesa dos fumicultores (Vogt, 1997; Hartwig, 2016).

Ressalta-se, por fim, que o sistema integrado de produção não é característica exclusiva do cultivo de fumo. No Brasil, cada vez mais as práticas da suinocultura e da avicultura têm se estruturado por meio de sistemas análogos. Como ambos também se baseiam predominantemente na agricultura familiar e no uso intensivo de mão de obra, sinaliza-se a preferência da agroindústria por esse sistema nessas condições (Hartwig, 2016).

### 2.3 Desafios da cultura do tabaco

Apesar de sua importância econômica para milhares de famílias envolvidas no cultivo do tabaco, a atividade fumageira atravessa um período de incertezas estruturais associado, sobretudo, à redução contínua do consumo de produtos derivados do tabaco em escala global. Esse fenômeno decorre de uma combinação de fatores, tais como a intensificação das políticas públicas de controle do tabagismo, a ampliação de campanhas de conscientização sobre os riscos à saúde e a crescente regulação da publicidade e da comercialização desses produtos. Salienta-se, também, o papel central da OMS nesse processo, principalmente após a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (2005), que, como visto, estabeleceu parâmetros

---

<sup>9</sup> São empresas associadas ao Sinditabaco, em ordem alfabética: Alliance One Brasil, ATC, BAT Brasil, Brasfumo, China Brasil Tabacos, CTA, JTI, OTC, Philip Morris Brasil, Premium Tabacos do Brasil, Profigen do Brasil, Tabasco Marasca, Universal Leaf Tabacos e UTC Brasil.

de redução da demanda e da oferta, promovendo uma tendência de retração do mercado internacional.

A redução da quantidade de fumantes no Brasil e no mundo, apesar de suas óbvias consequências em termos de saúde pública, é o maior obstáculo enfrentado pelo setor fumageiro. Em razão das determinações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, esmiuçada anteriormente, cabe aos países buscar alternativas para viabilizar uma diminuição expressiva do número de tabagistas. Em regra, esses esforços se concentram na proibição de publicidade do cigarro, no aumento dos preços dos produtos do tabaco por meio da tributação e nas iniciativas voluntárias de redução da área plantada de fumo ao redor do mundo (Saffer; Chaloupka, 2000).

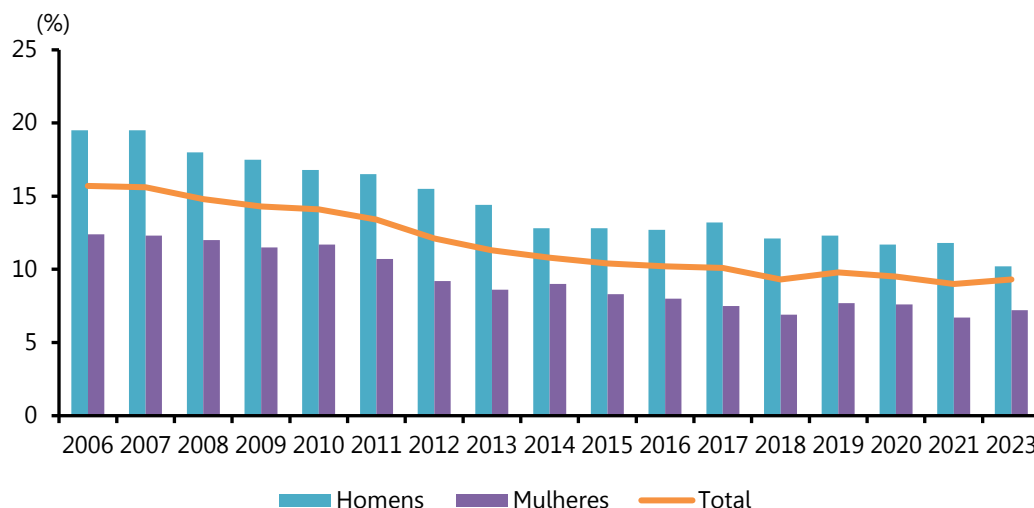
Ao se analisar os dados globais baseados nas pesquisas da OMS, observa-se que, em 2022, o número de fumantes se situava ao redor de 1,25 bilhão de adultos. Assim, vê-se uma tendência de queda no tabagismo, na medida em que, no ano 2000, um terço dos adultos consumia tabaco, fração que caiu para um quinto em 2022. Entretanto, alerta-se para a disparidade do consumo de cigarros conforme o nível de renda dos países. Isso porque 80% dos fumantes no mundo vivem em países de renda baixa e média. Por outro lado, a OMS considera que 60 países se encontram no caminho correto para alcançar a meta de redução de 30% do uso de produtos de tabaco entre 2010 e 2025 (Organização Mundial da Saúde, 2024).

O maior empecilho para o decréscimo do tabagismo ao redor do mundo é a China. Segundo a OMS, há mais de 300 milhões de fumantes na China, fazendo com que o país represente mais de um quarto do total de tabagistas do planeta e cerca de um terço do consumo global. Ademais, mais da metade dos homens adultos e 26,6% dos adultos totais são fumantes na China. À guisa de comparação, frisa-se que, em 2000, o percentual de tabagistas entre a população total era de 30,1%, indicando uma pequena redução. Apesar disso, em termos de vendas totais de cigarros, o aumento do nível de renda da população, no período, elevou o consumo per capita e mais do que compensou os efeitos da redução do número de fumantes (OMS, 2023).

O Brasil situa-se entre os países que têm logrado êxito na diminuição do tabagismo. Conforme indicam os dados da pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, verifica-se uma contração generalizada do consumo de cigarros no país. Entre 2006 e 2023, a proporção de fumantes caiu de 15,7% para 9,3% entre a população total, de 19,5% para 11,8% entre os homens e de 12,4% para 7,2% entre as mulheres. Dessa forma, notam-se quedas de 40,8% (população total), 39,5% (homens) e 41,9% (mulheres). Essas informações podem ser conferidas no Gráfico 4.

Gráfico 4

Proporção de fumantes na população brasileira — 2006-23



Fonte dos dados brutos: Ministério da Saúde Vigitel (Brasil, 2024a).

É interessante notar que o Brasil se situa abaixo da média mundial em termos de percentual de tabagistas. Segundo um estudo da Organização Mundial da Saúde (2024), a proporção de fumantes na população mundial adulta caiu de 33% para 22% entre 2000 e 2020, e a perspectiva é de que esse índice chegue a 18% em 2030. Desse modo, mesmo se as previsões estiverem corretas, a média global permanecerá em um patamar superior ao que o Brasil se encontrava em 2006, o que evidencia o sucesso das estratégias que o país adotou para desincentivar o consumo do cigarro.

A determinação de sucessivos governos brasileiros para reduzir o tabagismo na sociedade brasileira se deu de diferentes formas. Em primeiro lugar, salienta-se que o país foi um dos primeiros a ratificar a CQTC, ainda em 2005, participando ativamente das negociações e comprometendo-se com a sua implantação. Ademais, três estratégias foram aplicadas para desencorajar a população a fumar: 1) políticas públicas rigorosas de controle do uso do tabaco, 2) aumento contínuo de impostos sobre o cigarro, e 3) campanhas públicas de conscientização sobre os malefícios do tabagismo.

Ainda no final dos anos 80, portanto antes da CQTC, o Brasil já havia iniciado uma estratégia nacional integrada de controle do tabaco à luz das recomendações da OMS. Esse movimento incluía a criação de um Programa Nacional de Controle do Tabagismo (1988) pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), a proibição de propagandas de cigarro na TV, no rádio, em *outdoors* e em revistas (Lei n.º 10.167/2000) e do fumo em ambientes fechados públicos e privados de uso coletivo (Lei n.º 12.546/2011), a inclusão de advertências visuais nos maços de cigarro (com imagens de doenças, amputações, etc.) e a proibição de descritores como “light” e “suave”, que pudessem iludir o consumidor quanto aos riscos do consumo (Portes; Machado; Turci, 2018).

O Brasil também tem adotado o expediente de elevar os impostos sobre o cigarro para encarecer o produto e desestimular seu consumo.<sup>10</sup> Em linha com as sugestões da OMS, o governo brasileiro decidiu aumentar paulatinamente os impostos sobre os produtos do tabaco, com o intuito de mitigar a viabilidade do tabagismo, especialmente para jovens de menor renda. Apesar da resistência da indústria do fumo — que aponta a existência de uma relação entre o aumento de preços do cigarro e o comércio ilícito —, optou-se por esse caminho também para elevar receitas, na expectativa de utilizá-las para o fortalecimento do SUS, ainda que não haja uma vinculação manifesta nesse sentido (Portes; Machado; Turci, 2018).

Por último, o Brasil também foi pioneiro na massificação de campanhas publicitárias de conscientização sobre os riscos do tabagismo. Há décadas, o governo tem lançado mão de propagandas nos meios de comunicação, com forte apelo visual e emocional, para alertar sobre os riscos do tabagismo passivo e de doenças, como câncer, enfisema pulmonar e complicações cardiovasculares, bem como seus impactos sociais e familiares. Essas ações foram complementadas com a exigência de que os maços de cigarro contenham imagens que desencorajem as pessoas a fazer uso de produtos do tabaco (Barros; Sauerbronn, 2021).

Em linha com o sucesso das medidas regulatórias, somam-se transformações socioculturais associadas ao tabagismo, que também desempenham papel central na redução do consumo do tabaco. Se, no passado, o hábito de fumar podia ser associado a aspectos socialmente positivos — elemento ressaltado à exaustão pela indústria da propaganda —, hoje prevalece a percepção de que o tabagismo é uma prática prejudicial à saúde e socialmente indesejada. Essa inversão de valores não apenas redefine os comportamentos individuais, mas também altera as bases de legitimidade social da própria indústria, que passa a operar em um mercado cada vez mais marcado pela rejeição cultural ao seu produto.

O declínio do tabagismo no Brasil, nas últimas décadas, impactou o setor fumageiro nacional, que encolheu em tamanho — conforme será demonstrado na sequência. Ainda assim, a atividade conseguiu se manter devido ao peso das exportações, especialmente destinadas ao mercado asiático, com destaque para a China, onde a redução do número de fumantes ocorreu em ritmo mais lento. Nesse contexto, embora a queda do consumo interno já tenha afetado a cadeia produtiva, a maior ameaça ao futuro do setor reside na possibilidade de que essa mesma tendência de retração do tabagismo se intensifique nos mercados externos. Caso isso se confirme, a manutenção dos atuais níveis de exportação do tabaco brasileiro se tornará cada vez mais difícil.

Além da retração do consumo, a indústria fumageira também enfrenta críticas relacionadas às externalidades negativas associadas ao cultivo do tabaco. O SIPT, por

---

<sup>10</sup> Segundo estudo da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), o cigarro é o produto com a maior proporção de impostos, com uma média de 83,3% do valor total pago pelo consumidor (Olivan, 2021).

exemplo, é visto por muitos como um instrumento de dependência dos agricultores às fumageiras, o que restringiria sua autonomia e perpetuaria relações contratuais assimétricas, resultando em endividamento e rendimentos incertos (Hartwig, 2016; Rudnicki, 2012). Acrescentam-se a isso a persistência de problemas sociais, como as denúncias de trabalho infantil e a baixa escolarização média dos fumicultores. De fato, o Ministério Público do Trabalho (MPT) já realizou algumas denúncias de trabalho infantil em lavouras de tabaco, algumas das quais geraram multas para as fumageiras (Casara; Dallabrida, 2019).

Outro foco de críticas à cultura do fumo decorre da incidência de doenças associadas à produção, que causam graves riscos à saúde dos produtores. Em especial, frisa-se a doença da folha verde do tabaco (DFVT), causada pela absorção dérmica da nicotina durante a colheita das folhas do fumo. Quando o produtor contrai a DFVT, são efeitos comuns vômitos, tonturas e dores de cabeça e no corpo (Rudnicki, 2012). Em tese, a DFVT pode ser evitada se os fumicultores utilizarem o equipamento de proteção individual (EPI), disponibilizado pela indústria. No entanto, muitos reclamam que, sob o sol do verão, a utilização dos EPIs se faz inviável em razão do calor, o que aumenta a prevalência da DFVT.

Além de estarem expostos à DFVT, os fumicultores têm de lidar com as consequências do uso constante de agrotóxicos no cultivo do tabaco, uma vez que, em todas as etapas da produção, são empregados produtos dessa natureza. Essa situação pode se agravar porque, segundo alguns estudos, o fumo é o cultivo com a maior média de litros de agrotóxicos por hectare (60 l/ha), mais do que o dobro do segundo lugar, o algodão (28,6 l/ha) (Pignati *et al.*, 2017). Ressalva-se, porém, que o Sinditabaco rejeita essa hipótese, com base em um estudo que afirmou que o tabaco é a segunda cultura com menor emprego de agrotóxicos (Mais [...], 2019). Entretanto, frisa-se que o estudo completo não se encontra disponível e que foi encomendado pelo próprio Sinditabaco.

A combinação desses fatores reforça a percepção de que a cultura do tabaco, embora relevante para a subsistência de milhares de famílias, está imersa em contradições estruturais. A precarização das condições de trabalho, os custos à saúde dos agricultores e os efeitos nocivos ao meio ambiente tornam-se argumentos recorrentes para questionar a legitimidade dessa atividade. Desse modo, a indústria do fumo não apenas enfrenta a queda da demanda, mas também precisa responder a um conjunto cada vez mais amplo de críticas quanto à sua viabilidade social e ambiental.

Cabe ressaltar, entretanto, que a presença de externalidades negativas não é uma característica exclusiva da fumicultura. Diversas atividades agrícolas e industriais também produzem custos sociais e ambientais que não são plenamente absorvidos pelos agentes econômicos. No caso do tabaco, contudo, tais externalidades ganham maior visibilidade porque se somam aos malefícios do próprio consumo, reconheci-

damente nocivo à saúde humana (Lecours *et al.*, 2012). Essa dupla dimensão de impacto — na produção e no consumo — explica por que a fumicultura se encontra no centro de críticas mais intensas do que aquelas dirigidas a outros setores produtivos.

## 2.4 Produção e área colhida

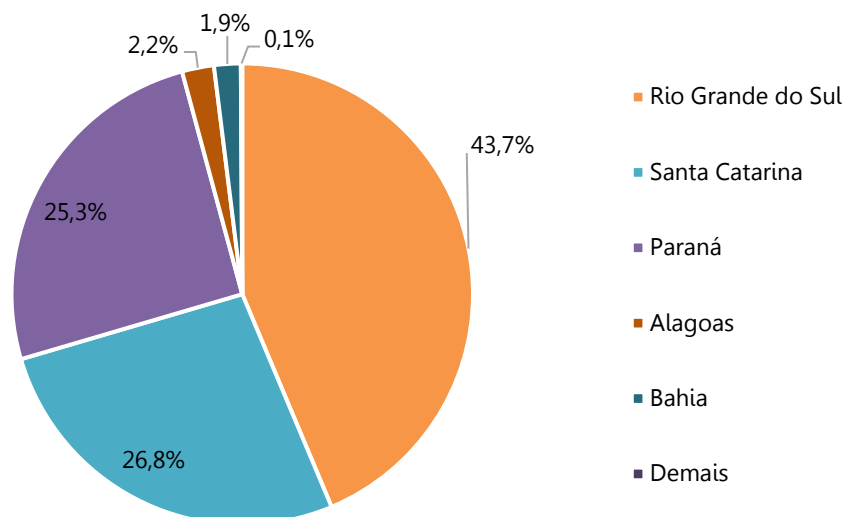
O cultivo de fumo, no Brasil, apresenta um traço acentuadamente regionalizado, na medida em que há um claro predomínio da Região Sul. Levando-se em consideração todos os anos da série histórica (1974-2023) da PAM-IBGE (IBGE, 2024), o Sul do Brasil foi responsável por 92,4% da produção nacional, ao passo que o Nordeste se encarregou de 6,8%, seguido do Sudeste (0,6%), do Norte (0,1%) e do Centro-Oeste (0,1%). Essa concentração acentuou-se com o passar do tempo, de modo que, em 2023, o Sul respondeu por 95,8%; o Nordeste, por 4,1%, e as três outras regiões somadas, por apenas 0,1% (IBGE, 2024).

A predominância da Região Sul na atividade fumageira brasileira está vinculada a fatores edafoclimáticos e culturais que explicam a primazia dos fumos claros na região. A Região Nordeste, por outro lado, manteve a tradição de fumos escuros, iniciada ainda no período colonial. O desempenho, porém, é muito diferente em termos de quantidade produzida e produtividade, de modo que é possível afirmar com segurança que o cultivo de tabaco é, desde meados do século XIX, uma atividade majoritariamente sulista.

Em termos de unidades da federação (UFs), a liderança é do Rio Grande do Sul. Em 2023, o RS cultivou 43,7% do fumo nacional, seguido de Santa Catarina (26,8%), do Paraná (25,3%), de Alagoas (2,2%) e da Bahia (1,9%). Os demais estados somados totalizaram somente 0,1% do montante produzido no país, confirmando novamente a concentração do setor do fumo no Brasil. Essas informações podem ser conferidas no Gráfico 5.

Gráfico 5

Volume da produção de fumo, por estado, no Brasil — 2023

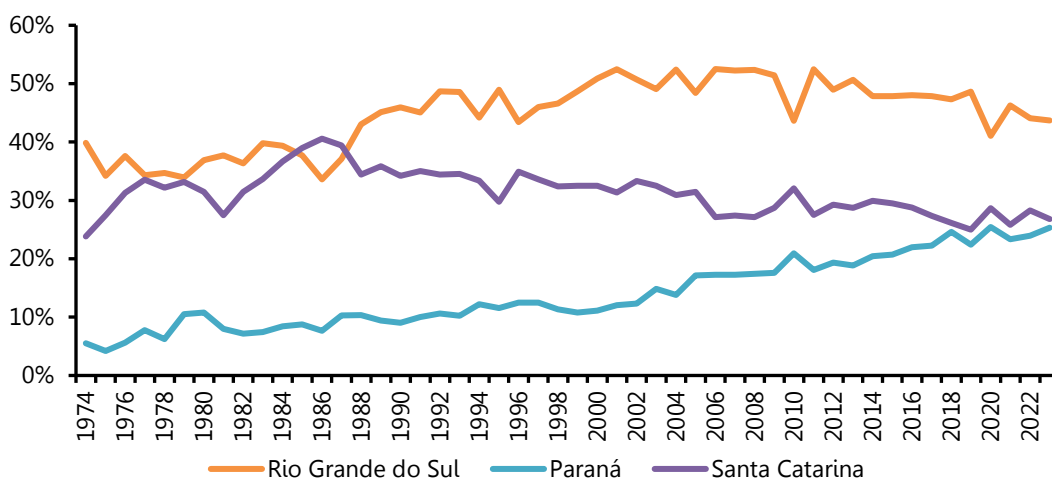


Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

Outro ponto de destaque em termos regionais é o crescimento da participação relativa do Paraná ao longo das décadas. Em 1974, o estado representava apenas 5,5% do total nacional, fatia que paulatinamente cresceu durante os anos. Em 2022, o Paraná correspondia a 24% da produção nacional. No Gráfico 6, pode-se ver o movimento ascendente desse estado, que tem se aproximado cada vez mais de Santa Catarina no posto de segundo principal produtor de fumo do país.

Gráfico 6

Participação do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná na produção de fumo do Brasil — 1974-2023



Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

Finalmente, em termos de municípios, observa-se o esperado predomínio da Região Sul entre os maiores produtores de fumo do país. O recorte dos 20 principais municípios fumageiros do Brasil, em 2023, revela que o Rio Grande do Sul conta com 8 representantes nesse grupo: Canguçu (2.º), Venâncio Aires (3.º), Camaquã (4.º), São Lourenço do Sul (7.º), Vale do Sol (14.º), Santa Cruz do Sul (16.º), Pelotas (17.º) e Candelária (18.º). Ademais, o referido crescimento do Paraná se exemplifica na cidade de São João do Triunfo, maior produtora nacional de fumo, o que se vê na Tabela 12.

Tabela 12

*Ranking* dos principais municípios na produção nacional de fumo — 2023

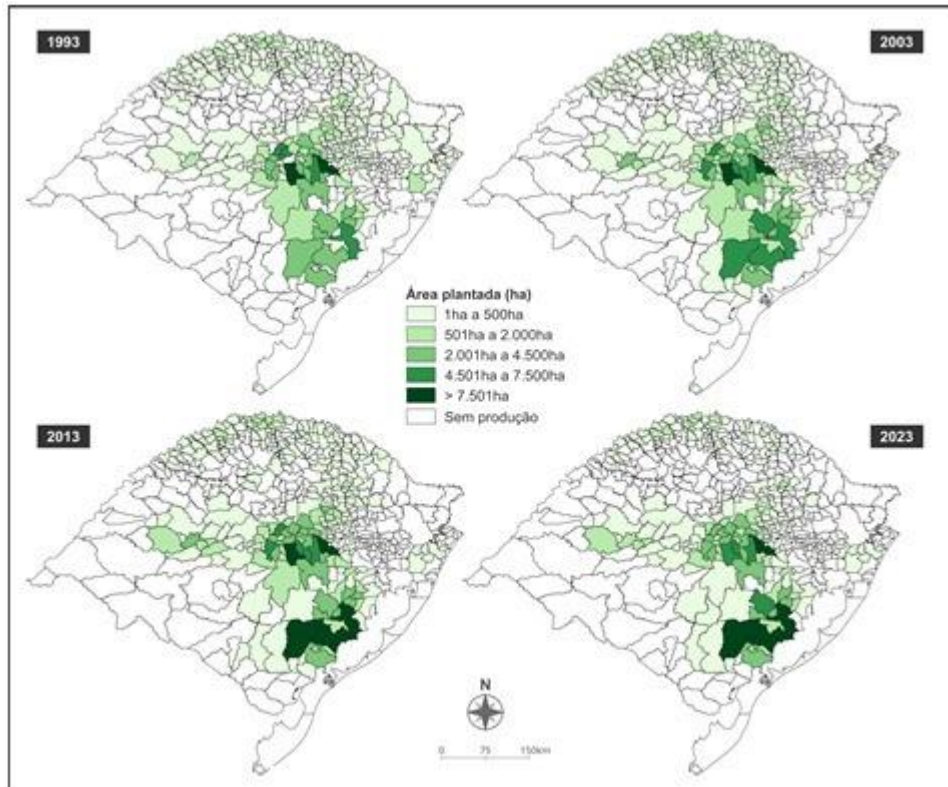
MUNICÍPIO (UF)	PRODUÇÃO (TONELODAS)	PARTICIPAÇÃO %
1.º São João do Triunfo (PR) .....	24.125	3,5
2.º Canguçu (RS) .....	21.958	3,2
3.º Venâncio Aires (RS) .....	18.696	2,7
4.º Camaquã (RS) .....	18.241	2,7
5.º Canoinhas (SC) .....	16.900	2,5
6.º Rio Azul (PR) .....	16.497	2,4
7.º São Lourenço do Sul (RS) .....	15.550	2,3
8.º Itaiópolis (SC) .....	14.400	2,1
9.º Ipiranga (PR) .....	12.480	1,8
10.º Prudentópolis (PR) .....	12.175	1,8
11.º Irati (PR) .....	11.993	1,8
12.º Irineópolis (SC) .....	11.700	1,7
13.º Palmeira (PR) .....	11.375	1,7
14.º Vale do Sol (RS) .....	11.345	1,7
15.º Santa Terezinha (SC) .....	11.000	1,6
16.º Santa Cruz do Sul (RS) .....	10.337	1,5
17.º Pelotas (RS) .....	10.208	1,5
18.º Candelária (RS) .....	9.720	1,4
19.º Papanduva (SC) .....	9.360	1,4
20.º Imbituva (PR) .....	8.740	1,3
Top 20 .....	276.800	40,5
<b>Brasil</b> .....	<b>683.469</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

A Tabela 12 também permite constatar que, atualmente, a produção de fumo, no Rio Grande do Sul, não está mais concentrada na região do Vale do Rio Pardo, tendo se expandido para o Sul do estado. De fato, nas últimas décadas, as microrregiões geográficas de Camaquã e Pelotas apresentaram um significativo crescimento no cultivo de tabaco, com destaque para os municípios de Canguçu, Camaquã e São Lourenço do Sul (Figura 2). Ademais, municípios pequenos, como Cristal e Turuçu, nos arredores de Pelotas, também tiveram expansão na produção de fumo, indicando que essas microrregiões se tornaram uma importante fronteira agrícola para a expansão do tabaco gaúcho (Hilsinger, 2016).

Figura 2

Área plantada de fumo no Rio Grande do Sul — 2003-23



Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

A concentração da produção de fumo no Brasil também pode ser ratificada quando se observa o mapa do país, tal como na Figura 3. A imagem evidencia também que, mesmo no Sul do Brasil, registra-se a ocorrência de um adensamento de produtores em uma área relativamente pequena do RS, de SC e do PR. Além disso, também se confirma que a produção na Bahia e, em especial, em Alagoas, encontra-se bastante aglutinada em torno de um espaço físico diminuto.

Figura 3

Quantidade de fumo, em toneladas, produzida no Brasil — 2023



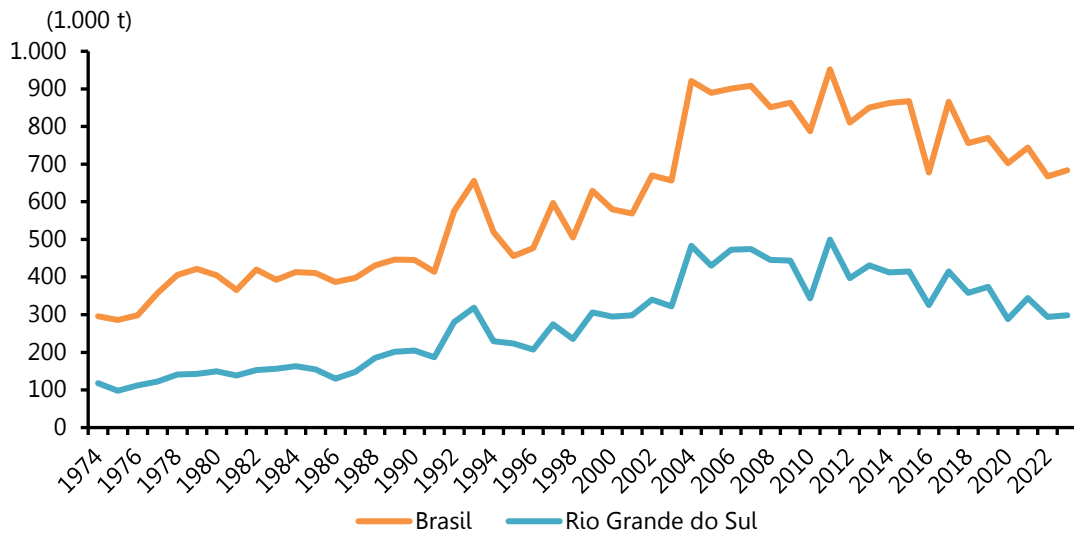
Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

A produção de fumo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, apresentou duas tendências opostas ao longo do período entre 1974 e 2023. Como se vê no Gráfico 4, em um primeiro momento, de 1974 a 2004, nota-se uma clara trajetória de crescimento, a despeito de quedas circunstanciais ocorridas em alguns anos. Nesse período, percentualmente, a produção brasileira subiu 211,1%, ao passo que a gaúcha avançou 309,3%. Em valores absolutos, averigua-se um acréscimo de 625.106 toneladas no Brasil e de 364.968 toneladas no Rio Grande do Sul.

No entanto, essa tendência tem sido revertida nos últimos anos. No Gráfico 7, observa-se uma queda significativa entre 2004 e 2023. Enquanto a produção brasileira caiu 27,6% e 253.988 toneladas, a produção gaúcha decresceu 39,1% e 188.939 toneladas. Em larga medida, esse movimento é explicado pela diminuição do consumo de cigarros no Brasil e em outros países do mundo. Como símbolo desse processo, lembra-se da proibição das campanhas publicitárias de cigarros no Brasil pela Lei n.º 12.546/2011.

Gráfico 7

Produção de fumo no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1974-2023



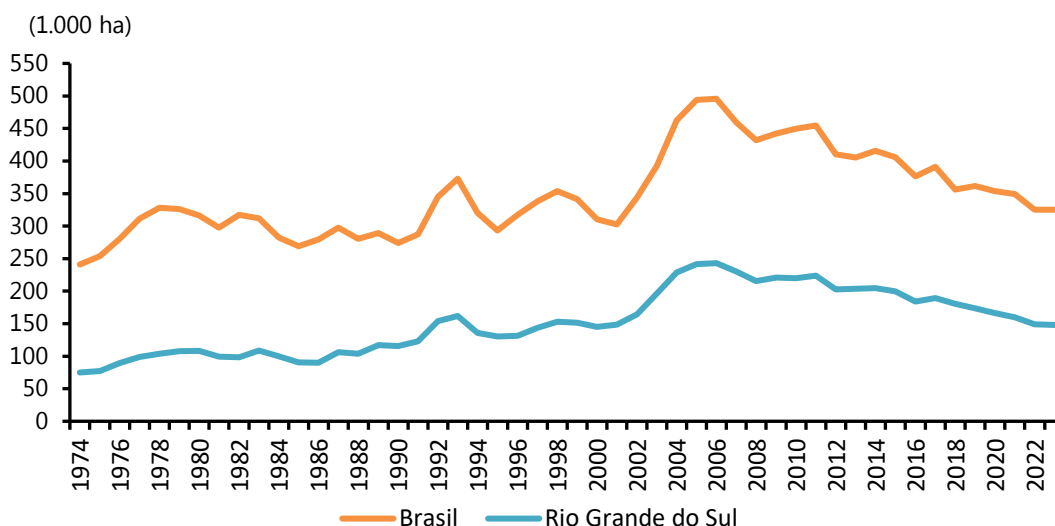
Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

Esse comportamento geral das produções brasileira e gaúcha de tabaco também se constata quando se analisam os dados referentes à área colhida de folhas de fumo no país e no estado. Conforme se enxerga no Gráfico 8, o auge da extensão das lavouras de fumo deu-se em 2006, quando se colheram 497.899 hectares no Brasil e 243.249 hectares no Rio Grande do Sul, um aumento de 105,7% (254.730 hectares) e 224,1% (168.065 hectares) respectivamente.

Entretanto, entre 2006 e 2023, nota-se, também no Gráfico 8, que a área colhida no Brasil se reduziu em 170.543 hectares, enquanto, no Rio Grande do Sul, a retração foi de 93.916 hectares. Percentualmente, trata-se de quedas de 34,4% e 38,6% respectivamente. Essa tendência de contração, em termos tanto de área colhida quanto de produção, indica um desafio para o segmento fumageiro no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Gráfico 8

Área colhida de fumo no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1974-2023

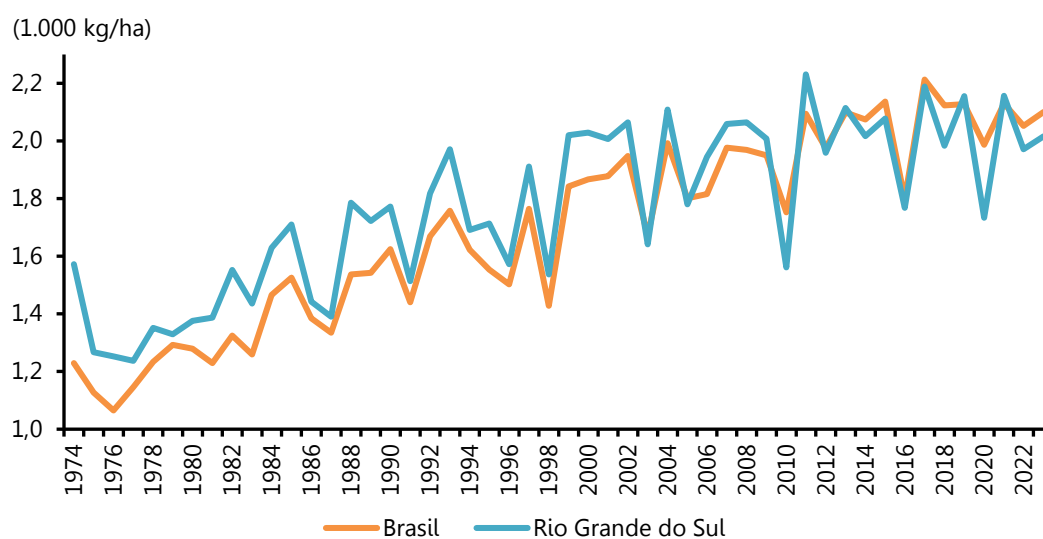


Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

Quanto ao rendimento médio, a realidade é distinta, uma vez que se constata aumentos de produtividade (quilograma por hectare) no Brasil e no Rio Grande do Sul, de maneira consistente, entre 1974 e 2023. No Gráfico 9, vê-se que o rendimento médio avançou de 1.229 para 2.100 no Brasil (70,9%) e de 1.573 para 2.016 no Rio Grande do Sul (28,2%). A diferença das taxas de crescimento no país e no estado deve-se ao fato de que o ano de 1974 foi excepcionalmente positivo para o Rio Grande do Sul, com um desempenho que só foi superado em 1984.

Gráfico 9

Rendimento médio do fumo no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1974-2023



Fonte dos dados brutos: IBGE (2024).

Em síntese, nota-se que a produção brasileira de fumo não manufaturado está concentrada na Região Sul, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul. Não obstante, o ápice das produções brasileira e gaúcha ocorreu em 2011, ao passo que o auge em termos de área colhida deu-se em 2006, mas, desde então, tem havido um movimento descendente. Desse modo, vê-se que o Brasil foi retardatário no processo de diminuir a produção e a área colhida de fumo não manufaturado, na medida em que, no mundo, esse fenômeno teve início em 1997. Nessas circunstâncias, eventuais aumentos do montante produzido provavelmente adviriam de novos incrementos no rendimento médio (quilograma por hectare) da cultura do tabaco, dados os obstáculos para a expansão da área cultivada.

## 2.5 Empregos

Os empregos na cadeia do tabaco dividem-se em dois elos fundamentais: a agricultura familiar e as indústrias fumageiras. Como visto anteriormente, os produtores rurais estão representados na Afubra, ao passo que a indústria se articula no Sinditabaco. Nesta seção, portanto, serão analisados os principais dados disponíveis em relação ao emprego nessa cadeia, com o propósito de identificar padrões, tendências e transformações.

Segundo informações da Afubra, em 2023, havia 138.025 famílias de produtores rurais envolvidos no cultivo do tabaco, no Brasil, número que implicou 552.100 empregos diretos nas lavouras. Além disso, a associação afirma que a indústria fumageira empregou diretamente 40 mil trabalhadores nesse ano, em várias unidades da Federação. Por fim, a Afubra também alega que havia, em 2023, 1.440.000 empregos indiretos em função da atividade tabageira, fazendo com que a cadeia do fumo<sup>11</sup> fosse responsável por 2.032.100 empregos nesse período (Afubra, 2025).

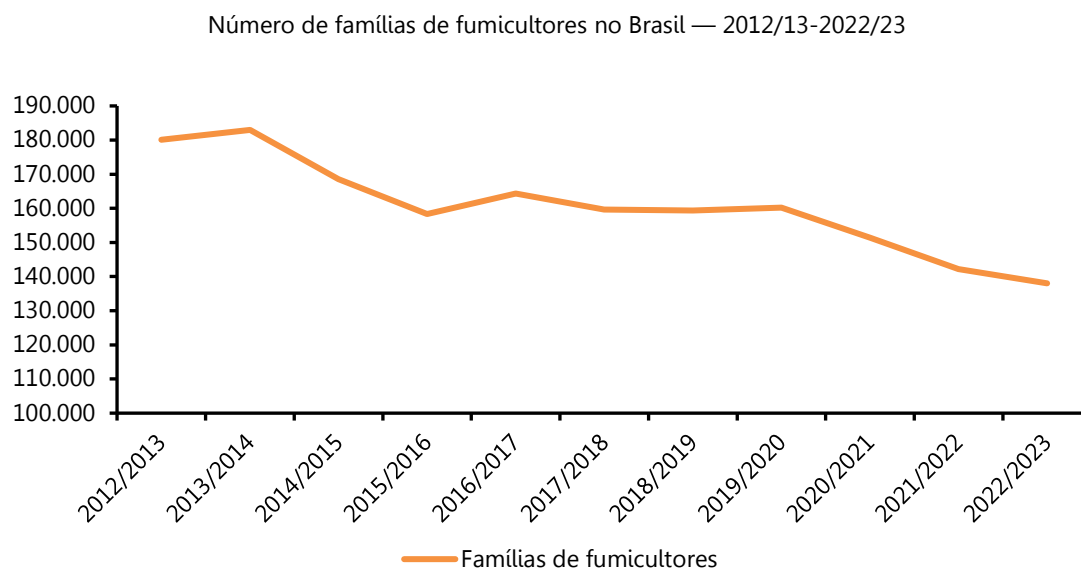
Em relação aos fumicultores, os dados da Afubra permitem a observação de dois aspectos importantes: o recorte regional e a evolução histórica. Em termos regionais, nota-se um predomínio da Região Sul, o que já seria esperado em razão de seu desempenho na produção nacional: em 2023, 124.993 famílias cultivavam o fumo nesses três estados da Federação, 90,6% do total. Por outro lado, 12.698 famílias de fumicultores foram registradas no Nordeste, segunda principal região tabageira do país, representando 9,2% do total. Importa salientar, então, que o número de empregos no Nordeste é proporcionalmente superior à sua contribuição para a produção: 9,2% e 4,1% respectivamente.

Já em termos de evolução histórica, os dados mostram que a tendência de redução de produção e área colhida no Brasil também se verifica em relação aos empregos dos fumicultores. Conforme se vê no Gráfico 10, o número de famílias ocupadas na fumiicultura caiu continuamente da safra 2012/2013 para a safra 2022/2023: de 180.075 para 138.025, uma queda de 23,4% ao longo de dez anos. Dessa forma,

<sup>11</sup> A Afubra não informa como ocorreu a definição de “cadeia de fumo”, o que impossibilita a verificação da informação.

dois fenômenos podem concorrer para a diminuição do número de famílias no cultivo de fumo: eventuais ganhos de produtividade e a pressão para restringir a produção no Brasil.

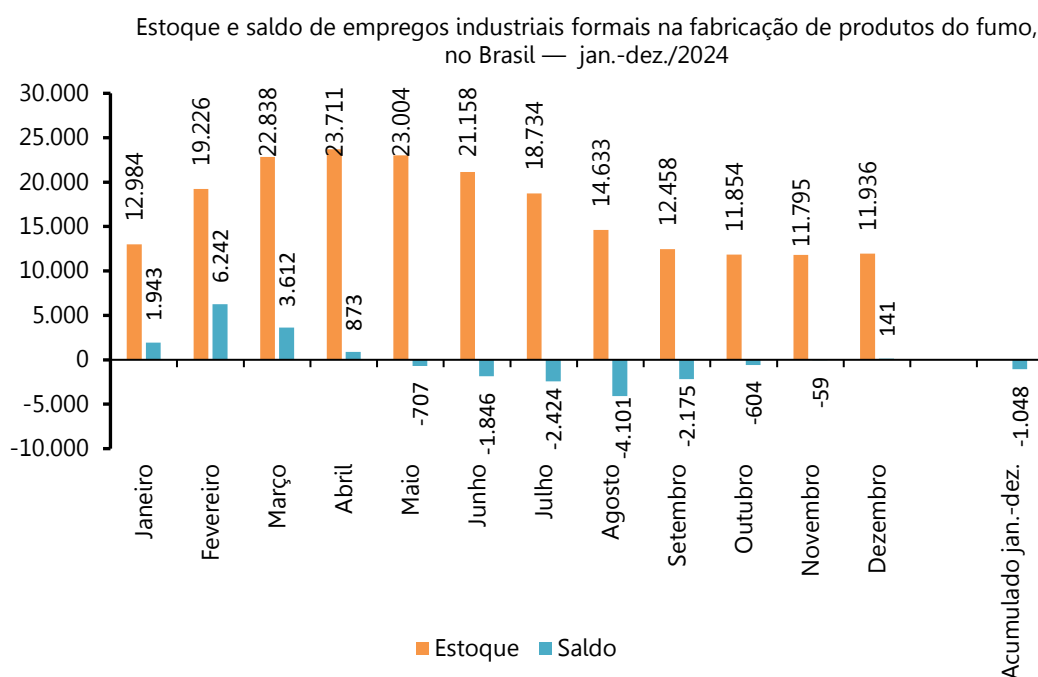
Gráfico 10



A análise sobre os empregos industriais diretos relacionados ao fumo carece de uma ressalva. Em que pese a Afubra afirmar existirem, em 2023, 40 mil postos de trabalho nesse setor, a natureza dessa atividade econômica torna complexa a averiguação dos dados por meio das estatísticas oficiais. Devido à forte sazonalidade da atividade da indústria de beneficiamento do fumo, a análise do estoque de empregos na RAIS (que tem como referência o dia 31/12 de cada ano) não capta adequadamente os significativos fluxos de contratações e desligamentos ao longo do ano, o que limita a precisão da avaliação da dinâmica do emprego no setor.

Mesmo assim, o Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado do Rio Grande do Sul (DEE-SPGG) realizou uma estimativa do estoque mensal de empregos industriais na fabricação de produtos do fumo para o ano de 2024. Segundo essas informações, no mês de abril desse ano, registrou-se o pico de vínculos empregatícios formais no setor, que totalizou 23.711. Entretanto, nos meses subsequentes, registrou-se uma acentuada queda, fazendo com que o estoque de dezembro se situasse em 11.936. Desse modo, mesmo no período de maior atividade industrial, não se verificam dados indicando que o número de empregos diretos se aproxime dos 40 mil sinalizados pela Afubra.

Gráfico 11



Fonte dos dados brutos: Novo Caged (Brasil, 2024b).

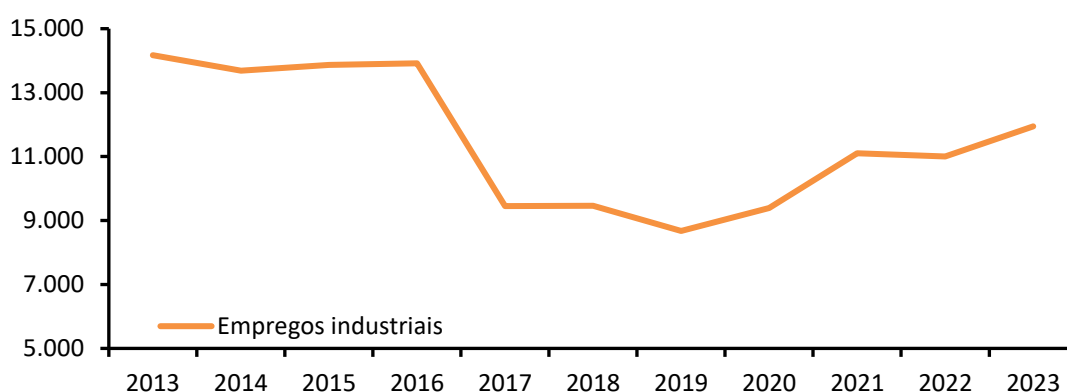
RAIS (Brasil, 2024c).

Nota: O estoque é estimado por meio da combinação das informações do Novo Caged e da RAIS.

A despeito dessas questões, permanece válido utilizar a RAIS como fonte de informações sobre o emprego na indústria do fumo para verificar a evolução histórica e a distribuição espacial do setor. Dessa forma, constata-se que, entre 2013 e 2023, o número de empregos industriais nessa atividade econômica, no Brasil, caiu de 14.170 para 11.940, uma retração de 15,7%. No entanto, frisa-se que, a partir de 2019, ocorreu uma relativa recuperação, na medida em que o total saltou de 8.674 para 11.940, um crescimento de 37,7%.

Gráfico 12

Número de vínculos empregatícios na indústria fumageira, no Brasil, em 31 de dezembro — 2013-23



Fonte dos dados brutos: Brasil (2024c).

Em termos de distribuição espacial, sublinha-se que poucos municípios brasileiros concentram a maior parte da atividade industrial diretamente vinculada ao fumo. Em 2023, por exemplo, Santa Cruz do Sul (RS)<sup>12</sup>, município que mais empregou no setor, representou 28,7% dos vínculos empregatícios totais no Brasil. Além disso, os quatro maiores municípios empregadores reuniram 59,7% dos empregos totais, ao passo que os dez maiores concentraram 77,5% do total. Todavia, nesse ano, 110 municípios registram ao menos um vínculo empregatício nessa atividade, mais uma vez confirmado a significativa concentração do setor.

Tabela 13

Os dez principais municípios brasileiros em número de empregos industriais na atividade fumageira — 2023

MUNICÍPIO (UF)	VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS EM 31/12
Santa Cruz do Sul (RS) .....	3.426
Venâncio Aires (RS) .....	1.312
Uberlândia (MG) .....	1.312
São Gonçalo dos Campos (BA) .....	1.080
Lagoa da Canoa (AL) .....	526
Bebedouro (SP) .....	415
Rio de Janeiro (RJ) .....	324
Duque de Caxias (RJ) .....	320
Lagarto (SE) .....	279
Vera Cruz (RS) .....	255
<b>Top 10</b> .....	<b>9.249</b>
<b>Brasil</b> .....	<b>11.940</b>

Fonte dos dados brutos: Brasil (2024c).

## 2.6 Exportações

As exportações de produtos do fumo constituem um dos elementos mais importantes da cultura do tabaco no Brasil, uma vez que, segundo o Sinditabaco, 90% do fumo produzido no país se destinou às exportações em 2023 (Nosso tabaco [...], 2024). Desse modo, esta seção versará sobre as vendas externas de mercadorias obtidas com o cultivo do tabaco, quais sejam: **fumo não manufaturado, desperdícios de fumo, fumo manufaturado, cigarros e charutos e cigarrilhas**. Como o **fumo não manufaturado** corresponde à maior parte do valor exportado, o produto receberá atenção mais minuciosa em relação aos demais.

<sup>12</sup> O predomínio de Santa Cruz se explica pela concentração de indústrias de processamento de folhas de tabaco no município. Essas empresas processam não somente a produção do Rio Grande do Sul, mas também uma parcela expressiva do cultivo de Santa Catarina e do Paraná, fenômeno explicado posteriormente, na seção 2.6.

Com base na análise dos dados do sistema Comex Stat, que divulga as informações sobre as exportações brasileiras, pode-se observar o comportamento das vendas externas do Rio Grande do Sul e do Brasil dos cinco produtos industriais oriundos da folha de tabaco. Conforme se vê na Tabela 14, o fumo não manufaturado respondeu por mais de 90% de todo o valor exportado pelo RS e pelo Brasil em 2024. Além disso, também se verifica o predomínio do Rio Grande do Sul na comercialização externa de fumo não manufaturado, fumo manufaturado e desperdícios de fumo.

Tabela 14

Exportação de produtos do fumo do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2024

PRODUTO	RS	BRASIL	PARTICIPAÇÃO % DO PRODUTO GAÚCHO NO TO- TAL DO PRODUTO BRASILEIRO	PARTICIPAÇÃO % DO PRODUTO NO TOTAL DO RS
Fumo não manufaturado .	2.532.252.797	2.699.114.652	93,8	92,3
Fumo manufaturado .....	124.503.294	125.605.423	99,1	4,5
Desperdícios de fumo .....	70.222.664	74.230.232	94,6	2,6
Cigarros .....	17.457.710	75.795.154	23,0	0,6
Charutos e cigarrilhas .....	-	577.490	0,0	0,0
<b>Total .....</b>	<b>2.744.436.465</b>	<b>2.975.322.951</b>	<b>92,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: Comex Stat (Brasil, 2025).

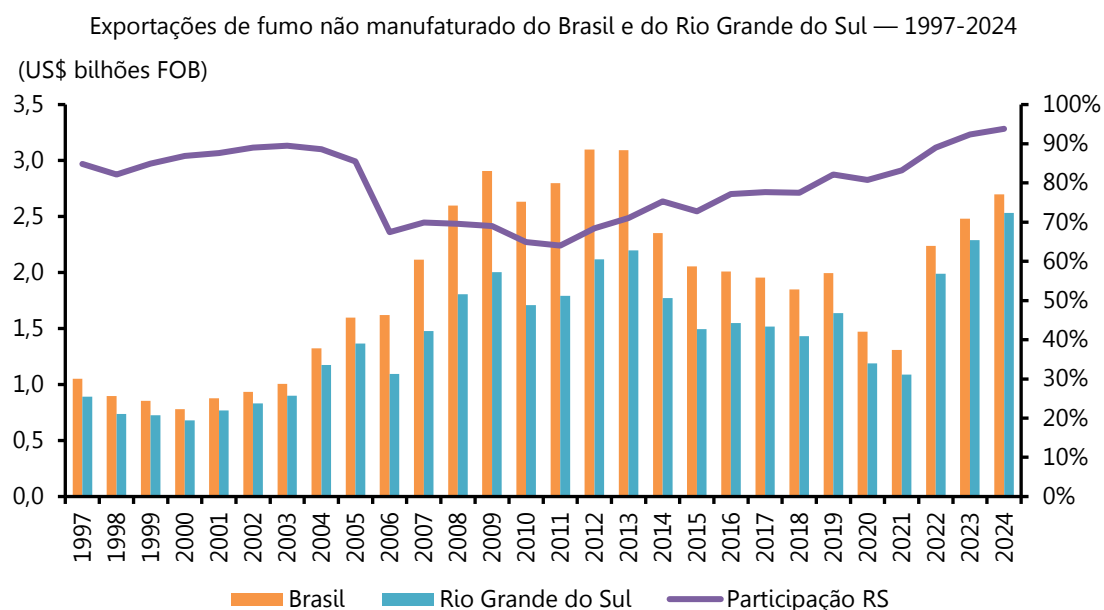
Como visto anteriormente, o RS é o principal estado produtor de fumo no Brasil. Mesmo assim, chama a atenção o fato de que a participação do estado nas exportações de fumo não manufaturado, fumo manufaturado e desperdícios de fumo seja desproporcional à sua importância para a produção de folhas de tabaco no país. Isso decorre da instalação de um complexo industrial fumageiro na microrregião de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, que faz com que produtores de Santa Catarina e até do Paraná vendam suas mercadorias para fumageiras instaladas no estado, de onde são exportadas (Brasil, 2025).

Por outro lado, o RS não apresenta a mesma importância relativa nas exportações de cigarros e de charutos e cigarrilhas. Essa diferença se dá por duas razões. Em primeiro lugar, a concentração industrial que existe para a exportação de fumo não manufaturado, fumo manufaturado e desperdícios de fumo não acontece no setor de cigarros, cujas fábricas encontram-se mais espalhadas no território nacional. Além disso, a virtual inexistência de exportações gaúchas de charutos e cigarrilhas se explica pela prevalência de fumos claros no RS (Vogt, 1997).

As exportações de **fumo não manufaturado** representaram mais de 90% do total das vendas externas de derivados do tabaco no Brasil e no Rio Grande do Sul, entre 1997 e 2024. Dessa forma, considera-se impreterível tecer algumas considerações específicas sobre esse segmento, apresentando as principais tendências da série histórica disponibilizada no Comex Stat. Posteriormente, os quatro demais produtos (**fumo manufaturado, desperdícios de fumo, cigarros e charutos e cigarrilhas**) serão analisados em conjunto.

Como se verifica no Gráfico 13, as exportações brasileiras e gaúchas de fumo não manufaturado apresentam trajetórias semelhantes. Entre 1997 e 2024, os valores cresceram 156,6% e 183,6% respectivamente. Além disso, a participação do RS nas exportações nacionais, apesar da queda relativa entre 2006 e 2011, saltou de 84,9% para 93,8% ao longo do período. Pondera-se, porém, que o valor máximo da série histórica ocorreu em 2012 para o Brasil (US\$ 3,1 bilhões), mas em 2024 para o Rio Grande do Sul (US\$ 2,5 bilhões).

Gráfico 13



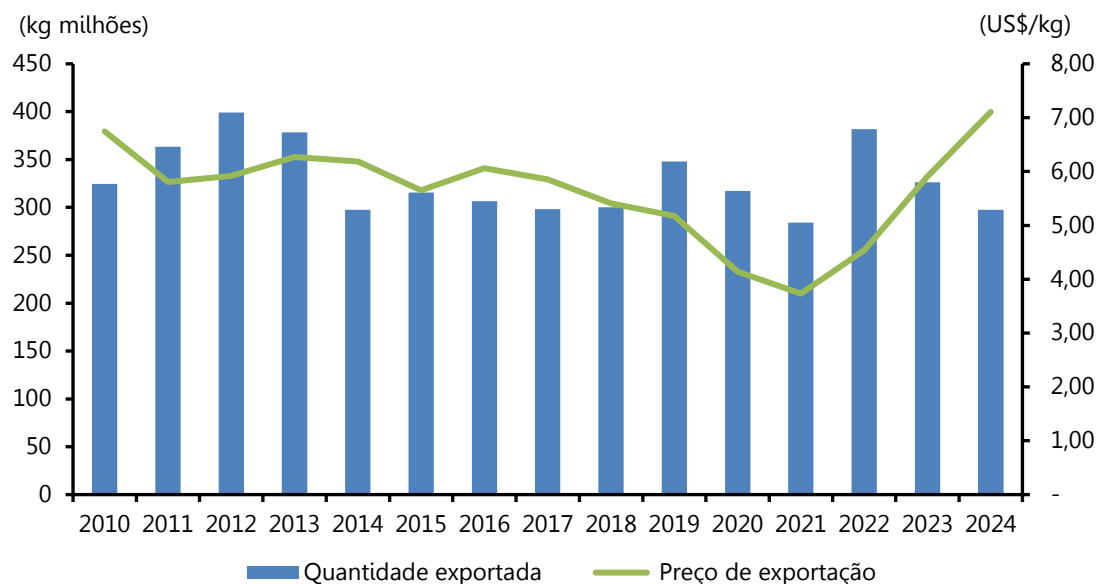
Por fim, reitera-se que o avanço recente, entre 2021 e 2024, não se deu por aumento da quantidade exportada. Essa ressalva é fundamental porque, como comentado na seção 2.4, a diminuição da área plantada nos últimos anos acarretou uma queda no montante colhido. Desse modo, salvo por ganhos de produtividade, a única forma de crescimento dos valores exportados é por aumento de preços. No entanto, dada a volatilidade dos preços internacionais de *commodities*, um cenário de uma nova baixa de preços provavelmente derrubaria o valor total do fumo exportado pelo Brasil e pelo Rio Grande do Sul, tendo em vista a dificuldade de aumentar o volume vendido ao exterior.

Com efeito, o exame do comportamento dos preços do tabaco do tipo Virgínia (principal variante exportada pelo país) e da quantidade exportada confirma que o aumento do valor exportado de fumo não manufaturado, nos últimos anos, se deveu ao crescimento dos preços. Conforme se nota no Gráfico 14, tem havido uma diminuição do montante de fumo não manufaturado vendido pelo Brasil ao exterior desde 2022. Em comparação com esse ano, houve uma queda de 22,1% em termos de quantidade exportada. Não obstante, o recrudescimento recente dos preços — que saltaram de US\$ 3,73 em 2021 para US\$ 7,11 em 2024 (acréscimo de 90,4%) possibilitaram

a elevação do valor total obtido pelo Brasil com a comercialização de fumo não manufaturado.

Gráfico 14

Quantidade exportada de tabaco do tipo Virginia pelo Brasil e preço de exportação — 2010-24



Fonte dos dados brutos: Comex Stat (Brasil, 2025).

Nota: O preço de exportação foi calculado com base na divisão entre o valor total e a quantidade total exportada, deflacionada pelo índice de preços divulgado pelo Banco Mundial (2025).<sup>13</sup>

Em termos de destinos, a Tabela 15 indica os dez principais mercados para as exportações brasileiras de fumo não manufaturado em 2024. Nesse quesito, nota-se uma significativa concentração de importadores, na medida em que os dez países que compõem esse *ranking* representaram, em 2024, 90,3% do total exportado de fumo não manufaturado pelo Brasil. Destaca-se, ainda, a importância da União Europeia (40,4%), da China (17,2%) e dos Estados Unidos (6,9%). Por fim, a presença de China, Egito, Indonésia, Vietnã, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul e Turquia se relaciona com a permanência da Ásia e do Oriente Médio como regiões onde há maior resistência à implementação de medidas para a diminuição do consumo de produtos do tabaco (Zhang *et al.*, 2023; Rossel, 2021).

<sup>13</sup> Elaboração própria, com base em dados do Commodity Markets Outlook (Banco Mundial, 2025). Os preços de exportação foram deflacionados pelo Manufactures Unit Value Index (MUV Index) e tiveram como ano-base 2010.

Tabela 15

Principais destinos das exportações de fumo não manufaturado, por valor e participação, do Brasil — 2024

DESTINO	VALOR (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO %
União Europeia .....	865.107.034	40,4
China .....	584.649.210	17,2
EUA .....	243.956.017	6,9
Egito .....	229.314.911	6,1
Indonésia .....	135.860.530	4,7
Vietnã .....	133.207.706	3,7
Paraguai .....	81.560.058	3,3
Emirados Árabes Unidos .....	74.781.040	2,8
Coreia do Sul .....	55.874.167	2,7
Turquia .....	50.142.694	2,5
<b>Principais destinos</b> .....	<b>2.454.453.367</b>	<b>90,3</b>
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>2.480.367.306</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados brutos: Comex Stat (Brasil, 2025).

Já no tocante aos quatro demais produtos do tabaco (**fumo manufaturado, desperdícios de fumo, cigarros e charutos e cigarrilhas**), veem-se algumas informações fundamentais no Quadro 8 sobre valores totais e os cinco principais destinos para cada uma das mercadorias em 2024. Destaca-se o predomínio da Argentina (39,2%) e da Colômbia (68,3%) para **fumo manufaturado** e **cigarros**, respectivamente, bem como da União Europeia (39,0%) para **desperdícios de fumo** e de Hong Kong, China (38,9%), para **charutos e cigarrilhas**.

Quadro 8

Exportações brasileiras de produtos do fumo, o valor e os destinos das vendas — 2024

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US\$ FOB)	DESTINOS
Fumo manufaturado	125.605.423	Argentina (39,2%), Iraque (18,2%), Emirados Árabes Unidos (9,0%), Iêmen (8,5%), UE (6,4%), EUA (4,2%), República Dominicana (3,3%) e outros (11,2%)
Desperdícios de fumo	74.230.232	União Europeia (39,0%), EUA (7,8%), Emirados Árabes Unidos (5,5%), Paraguai (5,4%), Venezuela (5,1%), Egito (5,0%), Indonésia (4,5%) e outros (27,7%)
Cigarros	75.795.154	Colômbia (68,3%), Paraguai (10,6%), Equador (7,3%), Bolívia, (4,7%), Uruguai (4,6%), Peru (2,7%) e outros (1,8%)
Charutos e cigarrilhas	577.490	Hong Kong (38,9%), União Europeia (26,3%), Trinidad e Tobago (6,3%), Libéria (5,9%), Paraguai (5,1%) e outros (17,6%)
<b>Total</b>	<b>276.208.299</b>	

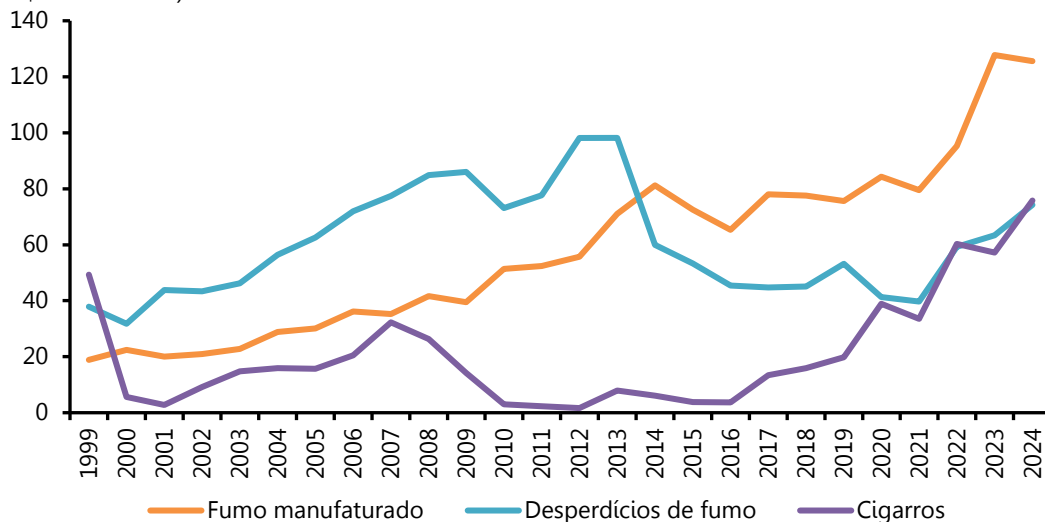
Fonte dos dados brutos: Comex Stat (Brasil, 2025).

Além disso, no Gráfico 15, consta a evolução dos valores totais das exportações de **fumo manufaturado, desperdícios de fumo e cigarros**. Salienta-se, então, o expressivo crescimento do fumo manufaturado ao longo do período (US\$ 120 milhões; 2146,5%), o que permitiu sua consolidação como segundo principal produto do tabaco para as exportações brasileiras. Vê-se, ainda, que os desperdícios de fumo atingiram um pico em 2013, mantendo-se em níveis bastante inferiores desde então, apesar de apresentarem crescimento constante desde 2021. Os cigarros, por fim,

apresentam um patamar semelhante ao de 1999, mas registraram um avanço significativo de 2016 para 2024 (US\$ 72,1 milhões; 2049,8%).

Gráfico 15

Exportações brasileiras de fumo manufaturado, desperdícios de fumo e cigarros — 1999-2024  
(US\$ milhões FOB)



Fonte dos dados brutos: Comex Stat (Brasil, 2025).

Em síntese, os dados demonstram que as exportações desempenham um papel central na sustentação da cadeia produtiva do fumo no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, cuja liderança se sustenta tanto na produção agrícola quanto na capacidade industrial instalada. A elevada concentração nas vendas externas de fumo não manufaturado revela a dependência do setor em relação ao mercado internacional, cujas oscilações de preços e mudanças regulatórias podem impactar diretamente o valor exportado. Ainda que os recentes aumentos dos preços internacionais tenham compensado a queda do volume exportado, esse movimento não garante estabilidade no médio prazo, dados a volatilidade do mercado global e os avanços das políticas de controle do tabaco em diversos países. Assim, embora o desempenho exportador brasileiro permaneça expressivo, o setor encontra-se diante do desafio de manter sua competitividade em um cenário internacional cada vez mais restritivo e instável.

### 3 Considerações finais

A cadeia produtiva do fumo ocupa, historicamente, um lugar de destaque na estrutura econômica do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Com forte enraizamento na agricultura familiar e uma expressiva contribuição para a balança comercial brasileira, o setor fumageiro exerce papel estratégico tanto na geração de emprego e renda quanto na dinamização de economias regionais. A combinação entre tradição produtiva, presença de um parque industrial consolidado e capacidade exportadora robusta faz com que o tabaco permaneça como uma das atividades mais relevantes da agroindústria nacional, mesmo diante das pressões regulatórias e socioambientais que marcam o cenário contemporâneo.

Apesar de sua relevância econômica, a fumicultura enfrenta um quadro de incertezas crescentes, decorrente da queda global do tabagismo, impulsionada por políticas públicas, campanhas de conscientização e regulação mais rigorosa. No Brasil, embora os avanços no controle do consumo tenham reduzido drasticamente a proporção de fumantes, o setor conseguiu se manter graças às exportações, sobretudo para a Ásia, ainda que sujeitas a riscos de retração futura. Paralelamente, a atividade é alvo de críticas relacionadas a externalidades negativas, como dependência contratual dos agricultores, denúncias de trabalho infantil, precarização das condições laborais, incidência de doenças ocupacionais e uso intensivo de agrotóxicos. Embora tais externalidades não sejam exclusivas do tabaco, ganham maior repercussão porque se somam aos reconhecidos malefícios do consumo, fazendo com que a legitimidade social e ambiental da cadeia fumageira seja alvo de contestação permanente.

Adicionalmente, o mercado internacional de fumo tem passado por transformações relevantes. Mudanças nos padrões de consumo vêm reconfigurando a dinâmica do setor global. Ao mesmo tempo, nota-se uma tendência de deslocamento geográfico da produção e da industrialização do tabaco, com destaque para o crescimento de países do Leste Europeu e do Sudeste Asiático na exportação de cigarros e para o fortalecimento de novos mercados importadores na Ásia e no Oriente Médio. Nesse contexto, o Brasil mantém sua posição como maior exportador mundial de fumo não manufaturado, mas essa liderança está cada vez mais condicionada à sua capacidade de adaptação perante a volatilidade dos preços internacionais, da intensificação da concorrência e do avanço de políticas de restrição ao consumo.

Diante desse cenário, cabe ao poder público, às entidades de classe e à sociedade civil refletirem de forma crítica e estratégica sobre o futuro do setor. É fundamental que se ampliem os esforços para garantir melhores condições de trabalho aos fumicultores, estimular a diversificação produtiva em regiões altamente dependentes da cultura do fumo e promover a transição para modelos de desenvolvimento rural mais sustentáveis. Somente com a articulação dessas dimensões será possível assegurar a resiliência econômica das comunidades envolvidas e compatibilizar os interesses do setor com os imperativos da saúde pública, da justiça social e da proteção ambiental.

## 4 Anexo

Quadro 1A

Código, nome e nível 3 grupo dos produtos do fumo de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)

CÓDIGO NCM	NCM	NÍVEL 3 GRUPO
24011010	Tabaco não manufacturado, não destalado, em folhas, sem secar nem fermentar	Fumo não manufacturado
24011020	Tabaco não manufacturado, não destalado, em folhas secas ou fermentadas tipo capeiro	Fumo não manufacturado
24011030	Tabaco não manufacturado, não destalado, em folhas secas em secador de ar quente ( <i>flue cured</i> ), do tipo Virgínia	Fumo não manufacturado
24011040	Tabaco não manufacturado, não destalado, em folhas secas, com um conteúdo de óleos voláteis superior a 0,2 %, em peso, do tipo turco	Fumo não manufacturado
24011090	Outros tabacos não manufacturados, não destalados	Fumo não manufacturado
24012010	Tabaco não manufacturado, total ou parcialmente destalado, em folhas, sem secar nem fermentar	Fumo não manufacturado
24012020	Tabaco não manufacturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas ou fermentadas tipo capeiro	Fumo não manufacturado
24012030	Tabaco não manufacturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas em secador de ar quente ( <i>flue cured</i> ), do tipo Virgínia	Fumo não manufacturado
24012040	Tabaco não manufacturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas ( <i>light air cured</i> ), do tipo Burley	Fumo não manufacturado
24012090	Outros tabacos não manufacturados, total ou parcialmente destalados	Fumo não manufacturado
24013000	Desperdícios de tabaco	Desperdícios de fumo
24022000	Cigarros que contenham tabaco	Cigarros
24021000	Charutos e cigarrilhas que contenham tabaco	Charutos e cigarrilhas
24029000	Charutos, cigarrilhas e cigarros de sucedâneos do tabaco	Charutos e cigarrilhas
24031000	Fumo manufacturado, para fumar, mesmo contendo sucedâneos do fumo	Fumo manufacturado
24031100	Tabaco para narguilé (cachimbo de água)	Fumo manufacturado
24031900	Outros tabacos manufacturados para fumar, mesmo que contenham sucedâneos de tabaco em qualquer proporção	Fumo manufacturado
24039100	Tabaco manufacturado "homogeneizado" ou "reconstituído"	Fumo manufacturado
24039910	Extratos e molhos de tabaco, manufacturados	Fumo manufacturado
24039990	Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manufacturados	Fumo manufacturado

## Referências

AFUBRA. **Associação Fumicultura**. 2025. Disponível em: <https://afubra.com.br/associacao/fumicultura/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ASPECT CONSORTIUM. **Tobacco or health in the European Union: past, present and future**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2004. 290 p. Disponível em: [https://ec.europa.eu/health/ph\\_determinants/life\\_style/Tobacco/Documents/tobacco\\_fr\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/health/ph_determinants/life_style/Tobacco/Documents/tobacco_fr_en.pdf). Acesso em: 2 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Commodity Markets Outlook**. Washington, D.C: Banco Mundial, 2025. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/fbc3b73a-916d-4309-ab09-6324b3feef0f/content>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BARROS, Juliana Couto Monteiro de; SAUERBRONN, João Felipe Rammelt. Marketing social como estratégia para o controle do tabagismo. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 67, n. 3, 2021.

BRANDT, Allan. **The cigarette century: the rise, fall, and deadly persistence of the product that defined America**. New York: Basic Books, 2009.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução n.º 4.107, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre a constituição de cooperativas de crédito. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/normativ/resolucao4107.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa n.º 10, de 16 de abril de 2007**. Estabelece o regulamento técnico de identidade e qualidade para classificação do tabaco em folha curado (fumo Virgínia). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 abr. 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/instrucoes-normativas/2007/instrucao-normativa-no-10-de-16-de-abril-de-2007>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024a. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/painel-de-indicadores-mobile-desktop/>. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **ComexStat**. [Brasília, DF]: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Painel de informações do Novo Caged**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024b. Disponível em: <https://bityli.com/hCyGT>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024c. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgca-ged/rais.php>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BREITENBACH, Áurea. A região de Santa Cruz do Sul e o fumo: panorama de uma “especialização” nociva. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 1, p. 43-62, 2014.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CAMPAIGN FOR TOBACCO-FREE KIDS. **The global cigarette industry**. December 2021. Disponível em: [https://assets.tobaccofreekids.org/global/pdfs/en/Global\\_Cigarette\\_Industry.pdf](https://assets.tobaccofreekids.org/global/pdfs/en/Global_Cigarette_Industry.pdf). Acesso em: 15 fev. 2025.

CASARA, Marques; DALLABRIDA, Poliana (Coord.). **Vidas tragadas: os danos sociais da produção de fumo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Papel Social, 2019. 180p.

DUNCAN, Thomas. Independent suppliers helping alleviate tobacco leaf supply crunch. **Tobacco Asia**, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.tobaccoasia.com/features/independent-suppliers-helping-alleviate-tobacco-leaf-supply-/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FAO. **Faostat** — Food and agriculture data. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/>. Acesso em: 13 out. 2025.

GOODMAN, Jordan. **Tobacco in history: the cultures of dependence**. New York: Routledge, 2005.

GUERRERO, Rodrigo. **El cultivo del tabaco**. San José: EUNED, 1995.

HANCOCK, Tom. China Tobacco looks to take on global cigarette makers. **Financial Times**, Londres, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/6c820eb0-51fc-11e9-b401-8d9ef1626294>. Acesso em 2 out. 2024.

HARTWIG, Marisa. **As relações de trabalho no sistema integrado de produção da indústria de fumo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

HE, Peisen; TAKEUCHI, Takeaki; YANO, Eiji. An overview of the China national tobacco corporation and state tobacco monopoly administration. **Environmental health and preventive medicine**, v. 18, p. 85-90, 2013.

HILSINGER, Roni. **O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da convenção quadro para o controle do tabaco**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HOLDEN, Chris; LEE, Kelley. Corporate power and social policy: the political economy of the transnational tobacco companies. **Global Social Policy**, v. 9, n. 3, p. 328-354, 2009.

HUANG, Yiping. Understanding China's Belt & Road initiative: motivation, framework and assessment. **China Economic Review**, v. 40, p. 314-321, 2016.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática** — SIDRA: censo agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>. Acesso em: 31 jul. 2025.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática** — SIDRA: produção agrícola municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 5 dez. 2024.

ITC. **Trade map: trade statistics for international business development**. Geneva: ITC, 2025. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 13 out. 2025.

JOOSSENS, Luk; RAW, Martin. From cigarette smuggling to illicit tobacco trade. **Tobacco Control**, v. 21, n. 2, p. 230-234, 2012.

LECOURS, Natacha et al. Environmental health impacts of tobacco farming: a review of the literature. **Tobacco control**, v. 21, n. 2, p. 191-196, 2012.

LIMA, Ronaldo Guedes de. **Práticas alternativas e convencionais na cultura do fumo: estudo de casos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz, Santa Cruz, 2000.

MAIS um estudo confirma que produção de tabaco usa pouco agrotóxico. **Sinditabaco**, 2019. Disponível em: <https://www.sinditabaco.com.br/en/item/mais-um-estudo-confirma-que-producao-de-tabaco-usa-pouco-agrotoxico/> Acesso em: 30 jan. 2025

MEYER, Susan. New players for the old tobacco game: the Czech Republic and Romania; it's time to change the rules. **Northwestern Journal of International Law & Business**, v. 17, p. 1057, 1997.

NARDI, Jean-Baptiste. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1985.

NG, Marie et al. Smoking prevalence and cigarette consumption in 187 countries, 1980-2012. **Jama**, v. 311, n. 2, p. 183-192, 2014.

NOSSO tabaco segue atravessando os mares. **Sinditabaco**, 2024. Disponível em: <https://www.sinditabaco.com.br/item/nosso-tabaco-segue-atravessando-os-mares/>. Acesso em: 25 jan. 2025. OLIVAN, Fernando. Veja o *ranking* dos 10 produtos com mais impostos no Brasil. **Fenacon**, Brasília, DF, 4 jun. 2021. Notícias. Disponível em: [https://fenacon.org.br/noticias/veja-o-ranking-dos-10-produtos-com-mais-impostos-no-brasil/?utm\\_source=chatgpt.com](https://fenacon.org.br/noticias/veja-o-ranking-dos-10-produtos-com-mais-impostos-no-brasil/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 2 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Tabaco e seu impacto ambiental: uma visão geral**. Genebra: OMS, 2024. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/375711/9789240088283-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 set. 2025.

OTAÑEZ, Martin; MAMUDU, Hadii; GLANTZ, Stanton. Tobacco companies use of developing countries' economic reliance on tobacco to lobby against global tobacco control: the case of Malawi. **American Journal of Public Health**, v. 99, n. 10, p. 1759–1771, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19696392/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PIGNATI, Wanderlei Antonio et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a vigilância em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3281-3293, 2017.

PORTES, Leonardo Henriques; MACHADO, Cristiani Vieira; TURCI, Silvana Rubano Barretto. Trajetória da política de controle do tabaco no Brasil de 1986 a 2016. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00017317, 2018.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluratividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

PROCTOR, Robert N. **Golden holocaust: origins of the cigarette catastrophe and the case for abolition**. Los Angeles: University of California Press, 2012.

ROSSEL, Stefanie. Late to the game: harm reduction in the Middle East. **Tobacco Reporter**, Raleigh, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://tobaccoreporter.com/2021/11/22/late-to-the-game/>. Acesso em 1.º out. 2024.

RUDNICKI, Carlise Porto Schneider. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SAFFER, Henry; CHALOUPIKA, Frank. The effect of tobacco advertising bans on tobacco consumption. **Journal of Health Economics**, v. 19, n. 6, p. 1117-1137, 2000.

SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul: Afubra, 1995.

SILVA, Leonardo Xavier da. A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a "Convenção-Quadro para o controle do Tabaco": estratégias e perspectivas. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008. Rio Branco. **Anais ... Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2008. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/631.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Leonardo Xavier da. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DORNELLES, Mizael; FERRARI, Stela. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universitat de Barcelona Servei de Publicacions, v. 17, n. 987, 2012.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Nacional, 1967.

SNELL, Will. **Census reveals tobacco farms disappearing from southern agriculture**. *Southern Ag Today*, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://southernagtoday.org/2024/03/27/census-reveals-tobacco-farms-disappearing-from-southern-agriculture/>. Acesso em: 13 out. 2025.

TEIXEIRA, Luiz Antônio da Silva; PAIVA, Carlos Henrique Assunção; FERREIRA, Vanessa Nolasco. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde na agenda política brasileira, 2003-2005. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00121016, 2017.

TOBACCO COMPANIES. **Tobacco Tactics**, atualizado em 26 de junho de 2025. Disponível em: <https://www.tobaccotactics.org/article/tobacco-companies/>. Acesso em: 13 out. 2025.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul: 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO framework convention on tobacco control**. Geneva: WHT, 21 maio 2003. Disponível em: [https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg\\_no=IX-4&chapter=9&clang=\\_en](https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IX-4&chapter=9&clang=_en). Acesso em: 30 jan. 2025.

ZEISS, Morgan; WHITE, Lindsay; BARTLETT, Ellie; GREEN, Emma. **China National Tobacco Corporation's global expansion**. London: The Union; STOP; Expose Tobacco, 22 jul. 2022. 13 p. Disponível em: <https://exposetobacco.org/wp-content/uploads/China-National-Tobacco-Company-Expansion.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

ZHANG, Hanyue et al. Tobacco smoke and all-cause mortality and premature death among Chinese adults in a nationally representative cohort. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 1–12, 2023. Disponível em: <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-023-17421-w>. Acesso em: 22 ago. 2025.